

## PREGÃO ELETRÔNICO TRAD

90030/2024

### CONTRATANTE (UASG)

(130058)

### OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação, incluindo o fornecimento de todo material e equipamentos necessários para atender às necessidades do LFDA/MG.

### VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.426.012,80.

### DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 10/09/2024 às 09:30h (horário de Brasília)

### Critério de Julgamento:

Menor preço por grupo

### Modo de disputa:

Aberto e fechado

### PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!

## Sumário

SEÇÃO I – DO OBJETO.....	3
SEÇÃO II – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	3
SEÇÃO III - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	4
SEÇÃO IV – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	5
SEÇÃO V – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	6
SEÇÃO VI – DA FASE DE JULGAMENTO.....	8
SEÇÃO VII – DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	9
SEÇÃO VIII – DOS RECURSOS.....	10
SEÇÃO IX – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	11
SEÇÃO X – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	12
SEÇÃO XI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	13
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.....	15
ANEXO II – MINUTA TERMO DE CONTRATO.....	65
ANEXO III - AUTORIZAÇÃO COMPLEMENTAR AO CONTRATO Nº XXX;.....	81
ANEXO IV – TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E A UNIÃO;.....	81
ANEXO V – MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS;.....	83
ANEXO VI – TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº ____ / ____;.....	87
ANEXO VI - A - DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº ____ / ____;.....	90
ANEXO VI - B - DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº ____ / ____;.....	90
ANEXO VI - C - DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº ____ / ____;.....	91
ANEXO VI- D – DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº ____ / ____;.....	91
ANEXO VI - E - DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº ____ / ____;.....	92
ANEXO VI - F - DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº ____ / ____;.....	92
ANEXO VI - G - DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº ____ / ____;.....	92
ANEXO VI - H - DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº ____ / ____.....	93
ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA;.....	93
ANEXO VIII – MODELO DE AUTORIZAÇÃO DE DESTAQUES NO PAGAMENTO MENSAL E DE RETENÇÃO E UTILIZAÇÃO DA GARANTIA;.....	94
ANEXO IX – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS;.....	94
ANEXO X – DECLARAÇÃO DE OPTANTE OU NÃO OPTANTE PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO.....	97
APÊNDICE DO ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.....	98





MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

**EDITAL****LABORATÓRIO FEDERAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA - LFDA/MG****PREGÃO ELETRÔNICO N°20/2024****21181.000138/2024-83**

Torna-se público que o(a) Laboratório Federal de Defesa Agropecuária – LFDA/MG, por meio do(a) Pregoeiro, sediado à Av. Rômulo Joviano, s/n°, Olaria, Pedro Leopoldo/MG, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**SEÇÃO I – DO OBJETO:**

1.1. O objetivo da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação, incluindo o fornecimento de todo material e equipamentos necessários para atender às necessidades do LFDA/MG**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 02 (dois) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem

**SEÇÃO II – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:**

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.5.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.6. O impedimento de que trata o item 2.6.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2 e 2.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9. O disposto nos itens 2.7.2 e 2.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.11. A vedação de que trata o item 2.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **SEÇÃO III - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.2 e 7.10.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

- 3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 3.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **SEÇÃO IV – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:**

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 4.1.1. Valor mensal e anual do item.
- 4.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, incluindo-se, dentre outras, as seguintes informações:
- 4.1.2.1. A indicação dos sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO;
- 4.1.2.2. A quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual;
- 4.1.2.3. A relação dos uniformes, materiais e equipamentos que serão utilizados na execução dos serviços, indicando o quantitativo e sua especificação (caso solicitado no Termo de Referência – Anexo I deste Edital).
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.**
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus



termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.12. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

4.13. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

#### **SEÇÃO V – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:**

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor anual do item.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 0,01%.

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.18.2.2. empresas brasileiras;

5.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os seguintes preços unitários máximos como critério de aceitabilidade:

Grupo	Itens	Descrição	Qtd. de Postos	Unidade de Medida	Valor unitário por colaborador	Valor mensal dos postos	Valor total para 12 meses
1	1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO, HIGIENIZAÇÃO, COM O FORNECIMENTO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS CAPACITADOS, MATERIAIS DE CONSUMO E DEMAIS UTENSÍLIOS E FERRAMENTAS NECESSÁRIOS À PERFEITA EXECUÇÃO DAS TAREFAS, VISANDO ATENDER AS DEMANDAS DO LFDA/MG (PEDRO LEOPOLDO/MG)	12	Mês	R\$ 5.499,85	R\$117.129,20	R\$1.405.550,44
	2	ESTIMATIVA DE HORAS PARA SERVIÇOS COM CAMINHÃO MUNK COM CESTO PARA RETIRADA DE GALHOS SECOS, FOLHAS MORTAS E DANIFICADAS DAS PALMEIRAS, PODAS DE ÁRVORES E OUTROS	24	Mês	R\$ 7.668,05	R\$269,18	R\$6.460,32

SERVIÇOS CORRELATOS, UTILIZANDO EQUIPAMENTOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS COMO EPI's (CAPACETE, CINTO DE SEGURANÇA ETC). ATUALMENTE O LFDA/MG POSSUI APROXIMADAMENTE 57 PALMEIRAS, COM ALTURA ENTRE 10 E 15 METROS ESTE ITEM NAO PODERÁ TER LANCES
---

5.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## SEÇÃO VI – DA FASE DE JULGAMENTO:

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#));

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido à ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.5 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.7. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

6.7.1. Número de Registro no MTE: MG004176/2023;

6.7.2. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.

6.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.8.1. contiver vícios insanáveis;

6.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;



- 6.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 6.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.11.1. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.
- 6.11.2. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;
- 6.11.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.
- 6.11.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.
- 6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 6.14. A fim de se promover os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos de PIS/PASEP e COFINS, a Contratada deverá apresentar a comprovação das alíquotas médias efetivas últimos 12 (doze) meses consecutivos da proposta ou outro meio hábil, em que se possível demonstrar as alíquotas médias efetivas. Poderão ser exigidos os documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS.

## SEÇÃO VII – DA FASE DE HABILITAÇÃO:

- 7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 7.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.8. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.10.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.11. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.11.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.10.1.

7.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

7.18. Persistindo o empate, após esgotadas todas as alternativas anteriores, o desempate será decidido por meio de sorteio virtual, cujo link de acesso será encaminhado aos participantes, indicando o dia e a hora do mesmo (PARECER n. 00031/2024/DECOR/CGU/AGU).

## SEÇÃO VIII – DOS RECURSOS:

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

- 8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
  - 8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
  - 8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
  - 8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico do Comprasnet (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>).

#### **SEÇÃO IX – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:**

- 9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
  - 9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
    - 9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
    - 9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
    - 9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
    - 9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
    - 9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
  - 9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
    - 9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
  - 9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
  - 9.1.5. fraudar a licitação;
  - 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
    - 9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
    - 9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
    - 9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
  - 9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
  - 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 9.2.1. advertência;
  - 9.2.2. multa;
  - 9.2.3. impedimento de licitar e contratar e;
  - 9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 20% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 20% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 20% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **SEÇÃO X – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: e-mail [sli.lfdamg@agro.gov.br](mailto:sli.lfdamg@agro.gov.br) ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Av. Rômulo Joviano s/n.º – Olaria - Pedro Leopoldo/MG - Cep 33.250-000 / Licitações.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## SEÇÃO XI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [Compras.gov.br](https://www.gov.br/compras) - O maior site de compras públicas do Brasil — Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>).

11.11. A Administração poderá solicitar à licitante vencedora que efetue cadastro no Sistema Eletrônico de Informações – SEI através do link: [http://sistemas.agricultura.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=usuario\\_externo\\_logar&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sistemas.agricultura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0) para assinatura eletrônica do Contrato.

11.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.12.1. ANEXO I - Termo de Referência;

11.12.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

11.12.3. ANEXO III - Autorização Complementar ao Contrato nº xxx;

11.12.4. ANEXO IV – Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União;

11.12.5. ANEXO V – Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços;

11.12.6. ANEXO VI – Termo de Cooperação Técnica Nº \_\_\_/\_\_\_;

11.12.6.1. ANEXO VI - A - Do Termo de Cooperação Técnica nº \_\_\_/\_\_\_;

11.12.6.2. ANEXO VI - B - Do termo de Cooperação Técnica nº \_\_\_/\_\_\_;

11.12.6.3. ANEXO VI - C - Do Termo de Cooperação Técnica nº \_\_\_/\_\_\_;

11.12.6.4. ANEXO VI- D – Do Termo de Cooperação Técnica nº \_\_\_/\_\_\_;

11.12.6.5. ANEXO VI - E - Do Termo de Cooperação Técnica nº \_\_\_/\_\_\_;

11.12.6.6. ANEXO VI - F - Do Termo de Cooperação Técnica nº \_\_\_/\_\_\_;

11.12.6.7. ANEXO VI - G - Do Termo de Cooperação Técnica nº \_\_\_/\_\_\_;

11.12.6.8. ANEXO VI - H - Do Termo de Cooperação Técnica nº \_\_\_/\_\_\_.

11.12.7. ANEXO VII - Modelo de Declaração de Contratos Firmados com a Iniciativa Privada e a Administração Pública;

11.12.8. ANEXO VIII – Modelo de Autorização de Destaques no Pagamento Mensal e de Retenção e Utilização da Garantia;

11.12.9. ANEXO IX – Instrumento de Medição de Resultados;

11.12.10. ANEXO X – Declaração de Optante ou Não Optante Pela Desoneração Da Folha De Pagamento.

11.12.11. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

Pedro Leopoldo, 07 de agosto de 2024

Vanessa Kalline de Arruda Santos Fonseca  
Chefe do Setor de Compras  
SEC/SAD/LFDA/MG  
Portaria nº 132 DOU 24/01/2023



Documento assinado eletronicamente por **VANESSA KALLINE DE ARRUDA SANTOS FONSECA, Chefe de Setor**, em 07/08/2024, às 13:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: [https://sei.agro.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **36890013** e o código CRC **857F5AB5**.

---

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

- Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021 - Atualização: maio/2023
- Termo de Referência Serviços Com Mão de Obra Lei 14.133 (dez/2023)
- Modelo Contrato Serviços Com Mão de Obra Lei 14.133 (maio/2023)

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.  
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União  
Atualização: maio/2023

Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.  
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.  
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

---

**Referência:** Processo nº 21181.000138/2024-83

SEI nº 36890013

# Termo de Referência 87/2024

## Informações Básicas

<b>Número do artefato</b>	<b>UASG</b>	<b>Editado por</b>	<b>Atualizado em</b>
87/2024	130058-LABORATÓRIO FEDERAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA	ROGERIO RIBEIRO COSTA	15/07/2024 10:20 (v 8.0)

**Status**  
ASSINADO

## Outras informações

<b>Categoria</b>	<b>Número da Contratação</b>	<b>Processo Administrativo</b>
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra	90030/2023	21181.000138 /2024-83

## 1. Definição do objeto

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação, incluindo o fornecimento de todo material e equipamentos necessários para atender às necessidades do LFDA/MG, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.**

<u>Item</u>	<u>Descrição</u>	<u>Quant.</u>	<u>Unidade de Medida</u>	<u>Valor Unitário</u>	<u>Valor total</u>
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO, HIGIENIZAÇÃO, COM O FORNECIMENTO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS CAPACITADOS, MATERIAIS DE CONSUMO E UTENSÍLIOS E FERRAMENTAS NECESSÁRIOS À PERFEITA EXECUÇÃO DAS TAREFAS, VISANDO	12	Mês	R\$ 118.302,57	R\$ 1.419.630,84

Grupo 01		ATENDER AS DEMANDAS DO LFDA/MG (PEDRO LEOPOLDO/MG)				
	2	ESTIMATIVA DE HORAS PARA SERVIÇOS COM CAMINHÃO MUNK COM CESTO PARA RETIRADA DE GALHOS SECOS, FOLHAS MORTAS E DANIFICADAS DAS PALMEIRAS, PODAS DE ÁRVORES E OUTROS SERVIÇOS CORRELATOS, UTILIZANDO EQUIPAMENTOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS COMO EPI'S (CAPACETE, CINTO DE SEGURANÇA ETC). ATUALMENTE O LFDA/MG POSSUI APROXIMADAMENTE 57 PALMEIRAS, COM ALTURA ENTRE 10 E 15 METROS  <b><u>ESTE ITEM NAO PODERÁ TER LANCES</u></b>	24	Horas	R\$ 269,18	R\$ 6.460,32

Área INTERNA	Total de m² para limpeza mensal	Frequencia Utilizada conforme IN 05/17	Valor unitário por m²	Valor total do m² (MÊS)	Valor total (12 MÊSES)	Quantidade de postos
Pisos frios	4800,00	1200,00	R\$ 3,87	R\$ 18.574,56	R\$ 222.894,7	4
Pisos frios-Acúmulo	2400,00	1200,00	R\$ 3,96	R\$ 9.504,00	R\$ 114.048,00	2
Laboratórios	2250,00	450,00	R\$ 10,32	R\$ 23.218,20	R\$ 278.618,40	5
Almoxarifados / Galpões	2500,00	2500,00	R\$ 1,86	R\$ 4.643,64	R\$ 55.723,68	1

Áreas com espaços livres: Saguão, Hall, Salão	1500,00	1500,00	R\$ 3,10	R\$ 4.643,64	R\$ 55.723,68	1
Banheiros	900,00	300,00	R\$ 19,43	R\$ 17.482,71	R\$ 209.792,52	3
<b>Total limpeza Áreas Internas:</b>				<b>R\$ 78.066,75</b>	<b>R\$ 936.801,00</b>	<b>16</b>

Área EXTERNA	Total de m <sup>2</sup> para limpeza mensal	Frequencia Utilizada conforme IN 05/17	Valor unitário por m <sup>2</sup>	Valor total do m <sup>2</sup> (MÊS)	Valor total (12 MÊSES)	Quantitat de postos
Pisos pavimentados adjacentes / contínuos às edificações	5400,00	2700,00	R\$ 1,72	R\$ 9.314,72	R\$ 111.776,64	2
Pátios e áreas verdes com média frequência (campo e pastagem) - C/ ACÚMULO	8100,00	2700,00	R\$ 1,76	R\$ 14.239,35	R\$ 170.872,20	3
<b>Total limpeza Áreas Externas:</b>				<b>R\$ 23.554,07</b>	<b>R\$ 282.648,84</b>	<b>5</b>

Área EXTERNA / JARDINAGEM	Total de m <sup>2</sup> para limpeza mensal	Frequencia Utilizada conforme IN 05/17	Valor unitário por m <sup>2</sup>	Valor total do m <sup>2</sup> (MÊS)	Valor total (12 MÊSES)	Quantitat de postos
Pátios e áreas verdes com alta frequência (jardins)	2700,00	2700,00	R\$ 2,18	R\$ 5.880,89	R\$ 70.570,68	1

<b>Total limpeza Áreas Externas / Jardinagem:</b>	<b>R\$ 5.880,89</b>	<b>R\$ 70.570,68</b>	<b>1</b>
---	---------------------	----------------------	----------

Postos de Trabalho						
		Quantidade	Valor unitário do posto	Valor mensal	Valor Total	
Copeira	posto	1	R\$ 4.640,68	R\$ 4.640,68	R\$ 55.688,16	1
Encarregada	posto	1	R\$ 6.153,65	R\$ 6.153,65	R\$ 73.843,80	1

Quantitativo total, conforme unidade de medida: 24

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que sua interrupção pode comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional do LFDA/MG, considerando os termos dos Estudo Técnico Preliminar;

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. Fundamentação da contratação

### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

Gestão/Unidade: 130007

Fonte: 0100000000

Programa de Trabalho: 169059

Elemento de Despesa: 33.90.37

PI: FUNLABB

UASG: 130058

## 3. Descrição da solução

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO



3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. Requisitos da contratação

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

#### Sustentabilidade:

4.1. A Contratada durante toda a vigência do contrato, deverá adotar as práticas de sustentabilidade de acordo a IN MPOG nº 01 /2010, Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, Decreto 7746/12, Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

4.1.1. De acordo com o Decreto nº 7.746/2012, preferencialmente optar pela contratação de mão de obra local;

4.1.2. Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

4.1.3. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

4.1.4. Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:

4.1.4.1. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;

4.1.4.2. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

4.1.4.3. Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;

4.1.5. Fornecer aos seus empregados equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços;

4.1.6. Providenciar o adequado recolhimento das pilhas e baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 03, de 30/03/2010, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata;

4.1.7. Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

#### Subcontratação:

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### Garantia da contratação:

4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.3.1. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

4.3.2. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

#### Vistoria:

4.4. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

**4.4.1. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.**

**4.4.2.** A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## 5. Modelo de execução do objeto

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

#### Condições de Execução:

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. O contrato oferece maior detalhamento da data do início da execução dos serviços.

5.1.2. Os serviços serão prestados de maneira contínua nas Unidades do LFDA/MG localizadas nos endereços abaixo especificados:

Posto	Quantidade de Posto	Unidades	Endereços	Horário de Trabalho
Encarregado	1	SEDE / LFDA /MG	Av. Romulo Joviano s/n, Centro de Pedro Leopoldo / MG	44 horas semanais, nos horários definidos posteriormente pela Contratante
Copeiro	1	SEDE / LFDA /MG	Av. Romulo Joviano s/n, Centro de Pedro Leopoldo / MG	44 horas semanais, nos horários definidos posteriormente pela Contratante
Servente Interno	16	SEDE / LFDA /MG	Av. Romulo Joviano s/n, Centro de Pedro Leopoldo / MG	44 horas semanais, nos horários definidos posteriormente pela Contratante
Servente Externo	5	SEDE / LFDA /MG	Av. Romulo Joviano s/n, Centro de Pedro Leopoldo / MG	44 horas semanais, nos horários definidos posteriormente pela Contratante
Jardineiro	1	SEDE / LFDA /MG	Av. Romulo Joviano s/n, Centro de Pedro Leopoldo / MG	44 horas semanais, nos horários definidos posteriormente pela Contratante

5.1.3. Locais e m<sup>2</sup> de Limpeza no Laboratório Federal de Defesa Agropecuária:

Área INTERNA	Total de m <sup>2</sup> para limpeza mensal	Frequência Utilizada conforme IN 05/17	Valor unitário por m <sup>2</sup>	Valor total do m <sup>2</sup> (MÊS)	Valor total (12 MÊSES)	Quantitativo de postos
Pisos frios	4800,00	1200,00	R\$ 3,87	R\$ 18.574,56	R\$ 222.894,72	4,00
Pisos frios - Acúmulo	2400,00	1200,00	R\$ 3,96	R\$ 9.504,00	R\$ 114.048,00	2,00
Laboratórios	2250,00	450,00	R\$ 10,32	R\$ 23.218,20	R\$ 278.618,40	5,00
Almoxarifados / Galpões	2500,00	2500,00	R\$ 1,86	R\$ 4.643,64	R\$ 55.723,68	1,00

Áreas com espaços livres: Saguão, Hall, Salão	1500,00	1500,00	R\$ 3,10	R\$ 4.643,64	R\$ 55.723,68	1,00
Banheiros	900,00	300,00	R\$ 19,43	R\$ 17.482,71	R\$ 209.792,52	3,00
<b>Total limpeza Áreas Internas:</b>				<b>R\$ 78.066,75</b>	<b>R\$ 936.801,00</b>	<b>R\$ 16,00</b>
<b>Área EXTERNA</b>	<b>Total de m<sup>2</sup> para limpeza mensal</b>	<b>Frequência Utilizada conforme IN 05/17</b>	<b>Valor unitário por m<sup>2</sup></b>	<b>Valor total do m<sup>2</sup> (MÊS)</b>	<b>Valor total (12 MÊSES)</b>	<b>Quantitativo de postos</b>
Pisos pavimentados adjacentes / contínuos às edificações	5400,00	2700,00	R\$ 1,72	R\$ 9.314,72	R\$ 111.776,64	2,0
Pátios e áreas verdes com média frequência (campo e pastagem) - C/ ACÚMULO	8100,00	2700,00	R\$ 1,76	R\$ 14.239,35	R\$ 170.872,20	3,0
<b>Total limpeza Áreas Externas:</b>				<b>R\$ 23.554,07</b>	<b>R\$ 282.648,84</b>	<b>5,00</b>
<b>Área EXTERNA / JARDINAGEM</b>	<b>Total de m<sup>2</sup> para limpeza mensal</b>	<b>Frequência Utilizada conforme IN 05/17</b>	<b>Valor unitário por m<sup>2</sup></b>	<b>Valor total do m<sup>2</sup> (MÊS)</b>	<b>Valor total (12 MÊSES)</b>	<b>Quantitativo de postos</b>
Pátios e áreas verdes com alta frequência (jardins)	2700,00	2700,00	R\$ 2,18	R\$ 5.880,89	R\$ 70.570,68	1
<b>Total limpeza Áreas Externas / Jardinagem:</b>				<b>R\$ 5.880,89</b>	<b>R\$ 70.570,68</b>	<b>1</b>
<b>Postos de Trabalho</b>						

		Quantidade	Valor unitário do posto	Valor mensal	Valor Total	
Copeira	posto	1	R\$ 4.640,68	R\$ 4.640,68	R\$ 55.688,16	1
Encarregada	posto	1	R\$ 6.153,65	R\$ 6.153,65	R\$ 73.843,80	1

**CBO:**

5.2. O enquadramento das atividades e as categorias profissionais que serão empregadas no serviço, pertencem à Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), acrescido com as atividades elencadas abaixo:

Encarregado:	CBO nº 4101-05
Copeiro:	CBO nº 5134-25
Jardineiro:	CBO nº 6220-10
Servente área <u>interna e externa</u> :	CBO nº 5143-20

5.2.1. A comprovação dos requisitos acima elencados deverá ocorrer com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da data prevista para início da exceção dos serviços. A mesma regra será aplicada em caso de eventuais substituições durante todo o período de vigência contratual.

**ROTINAS A SEREM CUMPRIDAS**

5.3. Segue abaixo, as atividades a serem desempenhadas nos postos contratados e as devidas formações /qualificações necessárias para a ocupação dos postos:

**SERVENTE****A) Área interna**

Diariamente

- Remover, com pano úmido, o pó das mesas, armários, arquivos, prateleiras, persianas, peitoris, caixilhos das janelas, bem como dos demais móveis existentes, inclusive aparelhos elétricos, extintores de incêndio, etc.;
- Lavar os cinzeiros situados nas áreas reservadas para fumantes;
- Proceder à lavagem de bacias, assentos e pias dos sanitários com saneante domissanitário desinfetante;
- Varrer, remover manchas e lustrear os pisos encerados de madeira;
- Varrer, passar pano úmido e polir os balcões e os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados;
- Varrer os pisos de cimento;
- Limpar com saneantes domissanitários os pisos dos sanitários, copas e outras áreas molhadas, duas vezes ao dia;
- Retirar o pó dos telefones com flanela e produtos adequados;
- Passar pano úmido com álcool nos tampos das mesas e assentos dos refeitórios antes e após as refeições;
- Retirar o lixo duas vezes ao dia, acondicionando-o em sacos plásticos de cem litros, removendo-os para local indicado pela Administração;
- Deverá ser procedida a coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6 de 3 de novembro de 1995;
- Suprir os bebedouros com garrações de água mineral, adquiridos pela Administração;
- Abastecer com papel toalha, papel higiênico, shampoo e sabonete líquido os sanitários, quando necessário.
- Higienizar os garrações de água mineral.
- Lavar totalmente os banheiros.
- Limpar com produto descontaminante os ambientes laboratoriais.
- Limpar com saneantes domissanitários os pisos dos sanitários, cozinha e outras áreas molhadas.
- Limpar, com produto apropriado, as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas.
- Limpeza de corredores, escadas e corrimãos.

- Passar os uniformes, toalhas de mesa e de banho, embalar em saco plástico, identificar e organizar para a entrega.
- Recolher e lavar vestuário laboratorial e toalhas de banho utilizadas pelos colaboradores que exercem suas funções nos laboratórios e toalhas de mesa utilizadas no refeitório.
- Varrer, passar pano úmido e encerar os pisos de paviflex e cerâmicos.
- Recolher, organizar e abrigar todo lixo do LFDA/MG, inclusive dos banheiros. **OBS: Tais atividades serão executadas por um servente da área interna, e deverão ser analisadas no Laudo de PCMSO, LTCAT e PPRA para possível pagamento de insalubridade.**
- Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

#### Semanalmente

- Limpar, com produtos adequados, divisórias e portas revestidas de fórmica;
- Limpar, com produto neutro, portas, barras e batentes pintados a óleo ou verniz sintético;
- Lustrar todo o mobiliário envernizado com produto adequado e passar flanela nos móveis encerados;
- Limpar, com produto apropriado, as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas;
- Limpar e polir todos os metais, como válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc.;
- Lavar os balcões e os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados com detergente, encerar e lustrar;
- Limpar os espelhos com pano umedecido em álcool, duas vezes por semana;
- Carregar mobiliário auxiliando em remanejamento interno;
- Limpeza e higienização dos bebedouros;
- Retirar o pó e resíduos, com pano úmido, dos quadros, placas, pinturas e painéis em geral;
- Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza e aspirando o pó;
- Limpar vidros do prédio do LFDA/MG;
- **OBS: Para esta atividade haverá o pagamento de acúmulo de função para dois serventes da área interna;**
- Lavagem de veículos conforme demanda;
- Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal;
- Limpeza do banho-maria, das bandejas de inox das incubadoras de CO<sub>2</sub>;
- Lavagem das placas de inox das CSB (Cabine de Segurança Biológica) do laboratório de Cultivo Celular /LDDV;

#### Mensalmente

- Remover manchas de paredes;
- Limpar, engraxar e lubrificar portas, grades, basculantes, caixilhos, janelas de ferro (de malha, enrolar, pantográfica, correr, etc.);
- Limpar e polir todos os metais, como: válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc.;
- Limpar totalmente a cozinha e o refeitório;
- Limpeza do piso do andar técnico;
- Limpar com produtos adequados os equipamentos de processamento de dados e outros equipamentos elétricos;
- Proceder a uma revisão minuciosa de todos os serviços prestados durante o mês;
- Executar outras tarefas afins, quando solicitadas pela fiscalização;
- Executar demais serviços considerados necessários à frequência mensal;

#### Semestralmente

- Aspirar o pó e limpar calhas;
- Lavar as caixas d'água dos prédios, remover a lama depositada e desinfetá-las;
- Executar outras tarefas afins, quando solicitadas pela fiscalização;
- Executar demais serviços considerados necessários à frequência semestral;

### **B) Área externa**

#### Diariamente

- Varrer as áreas pavimentadas e estacionamento;
- Retirar o lixo duas vezes ao dia, acondicionando-o em sacos plásticos de cem litros, removendo-os para local indicado pela Administração;
- Deverá ser procedida a coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN MARE nº 6 de 3 de novembro de 1995;



- Varrer passeios e arruamentos;
- Retirar o resíduo comum da grama, removendo-os para local indicado pela Contratante;
- Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária;

#### Semanalmente

- Retirar papéis, detritos e folhagens das áreas verdes;
- Verificar e reformar as estruturas das cercas e pastos;
- Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal;
- Limpar vidros do prédio do LFDA/MG. **OBS: Para esta atividade haverá o pagamento de acúmulo de função para três serventes da área externa.**

#### Mensalmente

- Lavar as áreas destinadas à garagem;
- Proceder a capina e a roçada, retirar de toda área externa, plantas desnecessárias, cortar grama e podar árvores que estejam impedindo a passagem de pessoas;
- Capinar e roçar pastos;
- Coletar os resíduos da capina;
- Executar demais serviços considerados necessários à frequência mensal.

#### Semestralmente ou sempre que solicitado pela Contratante

- Realizar os serviços de retirada de galhos secos, folhas mortas e danificadas das palmeiras, podas de árvores e outros serviços correlatos, utilizando equipamentos e materiais necessários, bem como EPI's obrigatório para o serviço. Atualmente, o órgão possui, aproximadamente, 57 palmeiras espalhadas dentro da área do Laboratório, com altura entre 10 e 15 metros.

### **C) JARDINEIRO:**

#### Diariamente

- Arrancar manualmente ervas daninha dos jardins e realizar limpeza de folhas secas e doentes, especialmente de arbustos;
- Escarificar o terreno;
- Conservação dos vasos de plantas da área interna;
- Irrigação dos jardins no período de estiagem;
- Rastelar e recolher folhas secas;
- Efetuar a limpeza dos jardins e calçadas após a execução dos serviços;
- Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

#### Semanalmente

- Adubação orgânica e/ou química onde se fizer necessário;
- Cobertura com terra nos locais necessários;
- Combate a formigas, saúvas, cupins e outros insetos e pragas nocivos às plantas;
- Manutenção dos gramados e canteiros;
- Erradicação de ervas daninha;
- Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

#### Mensalmente

- Colocação de condicionador de solo (substrato);
- Descompactação do solo, quando necessário;
- Executar serviços de poda adequada sazonal de árvores e jardins e retirada de folhas mortas ou danificadas, adequada para cada tipo de planta, de modo a preservar a boa aparência das mesmas;
- Podar árvores, arbustos, em observância às recomendações técnicas e exigências dos órgãos de defesa ambiental, inclusive no tocante à época mais adequada, abrangência e frequência;
- Recolher e armazenar os aparos do jardim (folhas caducas, corte de grama, poda de árvores e arbustos) em local da compostagem;
- Recomposição dos vasos com plantas ornamentais, quando necessário;
- Remoção e confecção de cercas vivas para proteção dos jardins;

- Adoção das demais providências destinadas à preservação e melhor apresentação dos gramados, vasos com plantas ornamentais, árvores e arbustos, submetendo previamente o plano de ação ao conhecimento e aprovação da Administração;
- Executar outras tarefas afins, quando solicitadas pela fiscalização;
- Executar demais serviços considerados necessários à frequência mensal.

Semestralmente ou sempre que solicitado pela Contratante

- Realizar os serviços de retirada de galhos secos, folhas mortas e danificadas das palmeiras, podas de árvores e outros serviços correlatos, utilizando equipamentos e materiais necessários, bem como EPI's obrigatório para o serviço. Atualmente, o órgão possui, aproximadamente, 57 palmeiras espalhadas dentro da área do Laboratório, com altura entre 10 e 15 metros

#### **D) COPEIRO**

Diariamente

- Lavar as garrafas térmicas com água quente antes de abastecê-las com água e café e deixá-las prontas para o atendimento;
- Limpar e arrumar o refeitório e pontos de café;
- Limpar e guardar os utensílios nos respectivos locais, para manter a ordem e higiene no local;
- Utilizar e conservar os panos limpos para limpeza;
- Preparar e distribuir café e congêneres nos horários determinados, em todas as salas, em recipientes adequados, ou sempre que solicitado pela unidade em que estiver servindo, por no mínimo 2 (duas) vezes ao dia;
- Recolher os vasilhames (bandejas, xícaras, pires etc) que ficam expostos nas mesas de café das salas e escritórios para serem lavados duas vezes na semana, e devolvido o mais breve possível;
- Zelar pela organização do refeitório e pontos de café, depositando os utensílios nos respectivos lugares, para manter a ordem e a higiene do local;
- Organizar e manter sempre limpas as mesas de café em salas e escritórios;
- Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

Semanalmente

- Lavar frascos e outros utensílios utilizados no refeitório e pontos de café;
- Limpar ou lavar com produtos adequados carrinho de serviço, geladeira e fogão;
- Fazer a limpeza das geladeiras e micro-ondas nas salas e escritórios;
- Executar outras tarefas afins, quando solicitadas pela fiscalização;
- Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

#### **E) ENCARREGADO**

**A Contratada deverá disponibilizar um aparelho celular corporativo para o encarregado(a) solucionar eventuais problemas.**

Diariamente

- Acompanhar e orientar a execução das atividades, mantendo a qualidade da prestação dos serviços;
- Cuidar da disciplina e controlar a assiduidade, bem como a apresentação pessoal dos mesmos, mantendo-se sempre em contato com o fiscal do contrato o qual terá acesso ao controle de frequência diária sempre que julgar necessário;
- Executar e supervisionar o abastecimento de material;
- Fazer cumprir a escala de serviços, observando pontualmente os horários de entrada e saída dos empregados;
- Fiscalizar e orientar os empregados sobre a execução dos serviços;
- Informar ao fiscal do contrato sempre que houver qualquer desrespeito às normas estabelecidas;
- Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante;
- Proceder a uma revisão minuciosa de todos os serviços prestados durante o mês;
- Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas;
- Orientar os empregados das normas disciplinares determinadas pela Administração.

Semanalmente

- Controlar o estoque de materiais, evitando a falta de produtos e possibilitando ajustes periódicos à lista de pedidos.

#### Mensalmente

- Definir funções da equipe de trabalho;
- Elaborar cronograma de execução das tarefas;
- Elaborar relatório sobre equipamentos danificados durante a execução das atividades;
- Supervisionar local de armazenamento e acondicionamento dos produtos;
- Executar outras tarefas afins, quando solicitadas pela fiscalização

5.4. **Pisos Salariais:** As remunerações dos postos objeto desta contratação, a constar na Planilha de Custos e Formação de Preços das licitantes, deverão corresponder ao MINÍMO conforme planilha de custo e CCT.

Posto	Valor Salarial	Benefícios
Encarregado	R\$ 2.302,14	Conforme CCT - MG004176/2023
Copeira	R\$1.541,23	Conforme CCT - MG004176/2023
Jardineiro	R\$2.145,95	Conforme CCT - MG004176/2023
Área Externa	R\$1.541,23	Conforme CCT - MG004176/2023
Área Interna	R\$1.541,23	Conforme CCT - MG004176/2023

#### 5.5. Horário de Trabalho:

5.5.1. 44 (quarenta e quatro) horas semanais, nos horários acordados posteriormente com o LFDA/MG.

5.5.2. **Banco de Horas:** Horas extras poderão ser realizadas mediante aprovação da chefia imediata, sendo sua compensação através do sistema de Banco de Horas.

#### 5.6. Materiais a serem disponibilizados

5.6.1. A contratada deverá arcar com todas as despesas de materiais de consumo, utensílios e equipamentos de limpeza, higienização e proteção individual necessários à execução dos serviços.

5.6.2. Todos os materiais utilizados na prestação dos serviços deverão obedecer aos critérios técnicos estabelecidos pelos Órgãos competentes e as especificações contidas no termo de referência.

5.6.3. A responsabilidade pela guarda e manuseio dos materiais a serem utilizados na prestação dos serviços ficará a cargo da contratada, devendo seu uso ser acompanhado pelo LFDA/MG.

5.6.4. Os materiais, a serem empregados na execução dos serviços, deverão ser de primeira qualidade e primeiro uso e compatíveis com locais onde serão utilizados, devendo, ainda, ser submetidos à prévia aprovação da Contratante, que se reserva o direito de rejeitá-los, caso não satisfaçam aos padrões exigidos neste edital, ficando, ainda, sujeitos às mesmas exigências e condições no concernente ao registro, industrialização, entrega ao consumo e fiscalização por parte das entidades governamentais fiscalizadoras.

5.6.5. A Contratada deverá fornecer semestralmente ou sempre que solicitado pela Contratante, Caminhão Munk com cesto aéreo para realizar os serviços de retirada de galhos secos, folhas mortas e danificadas das palmeiras, podas de árvores e outros serviços correlatos, utilizando equipamentos e materiais necessários, bem como EPI's (ex: capacete, cinto de segurança, etc) obrigatório para o serviço. Atualmente, o órgão possui, aproximadamente, 57 palmeiras espalhadas dentro da área do Laboratório, com altura entre 10 e 15 metros.

5.6.6. A estimativa de utilização do caminhão Munk será de 24 horas, levando em consideração a utilização deste nos anos anteriores, e ainda, levando em consideração uma margem de segurança no caso de necessidade do órgão.

5.6.7. Importante ressaltar que a Contratada deverá fornecer aos colaboradores (jardineiro e serventes externos) treinamento para trabalhar em altura, bem como treinamento para operar os equipamentos (MOTOSSERRA, PODADOR, MOTOPODADOR, ROÇADEIRA E TRATOR CORTADOR DE GRAMA), visando garantir a segurança dos colaboradores que irão operar os equipamentos, sem repasse de custo para o órgão.

5.6.8. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.6.8.1. Itens / Epi's / Equipamentos para a Sede do LFDA/MG em Pedro Leopoldo/MG:

PEDRO LEOPOLDO/MG									
1.1 - ENTREGA MENSAL - MATERIAIS									
Item	Especificação	CAT MAT	Unidade	Qtd	Comprasnet			VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	ALCOOL ANTISSEPTICO, TIPO: HIDRATADO, TEOR ALCOOLICO: 70%; APRESENTAÇÃO: GEL; APLICAÇÃO: HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS	269943	LITRO	10	R\$ 9,80	R\$ 8,99	R\$ 6,90	R\$ 8,56	R\$ 85,63
2	ALCOOL ETILICO, TIPO: HIDRATADO, TEOR ALCOOLICO: 70%; APRESENTAÇÃO: LÍQUIDO	269941	LITRO	20	R\$ 13,60	R\$ 8,90	R\$ 6,80	R\$ 9,77	R\$ 195,33
3	AMACIANTE DE ROUPA, ASPECTO FÍSICO:LÍQUIDO VISCOSO, COMPOSIÇÃO:TENSOATIVO NÃO IÔNICO, COADJUVANTE, ALCALINIZANTE, APLICAÇÃO:AMACIANTE ARTIGOS TÊXTEIS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:LÍQUIDO CONCENTRADO, SOLÚVEL EM ÁGUA, BASE NEUTRA	234324	LITRO	5	R\$ 9,50			R\$ 11,73	R\$ 58,63
4	HIPOCLORITO DE SÓDIO (CLORO PURO) ASPECTO FÍSICO: LIQUIDO AMARELO EVERDEADO, CONCENTRAÇÃO: 6%	399004	LITRO	20	R\$ 7,58	R\$ 6,98		R\$ 6,58	R\$ 131,67
5	DESINFETANTE SUPER CONCENTRADO, COMPOSIÇÃO: A BASE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO, FORMA FÍSICA: SOLUÇÃO AQUOSA CONCENTRADA, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: COM AROMA	420084	LITRO	30	R\$ 9,05	R\$ 9,85		R\$ 10,63	R\$ 318,90
6	DESODORIZADOR SANITÁRIO, COMPOSIÇÃO:DODECIL BENZENO, SULFATO DE SÓDIO. COADJUVANTE E ESSENCIA: VARIADO, ASPECTO FÍSICO:SÓLIDO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PASTILHA ADESIVA	465064	CAIXA C/ 03 UNIDADES	24	R\$ 8,55			R\$ 9,58	R\$ 230,00
7	DESODORIZADOR, APRESENTAÇÃO:AEROSOL, APLICAÇÃO:AROMATIZADOR AMBIENTAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:AÇÃO NEUTRALIZANTE	327150	FRASCO 360ML	10	R\$ 10,39			R\$ 16,29	R\$ 162,90

8	DETERGENTE ÁCIDO, ASPECTO FÍSICO:LÍQUIDO, COMPOSIÇÃO BÁSICA:EMULSIONANTE NÃO IÔNICO, ÁCIDOS E INIBIDORES, APLICAÇÃO:TRATAMENTO DE PISOS	28292 1	UNID ADE 5 LITROS	2				R\$ 54,41	R\$ 108,83
9	DETERGENTE ÁCIDO, ASPECTO FÍSICO:LÍQUIDO, COMPOSIÇÃO BÁSICA:TENSOATIVOS ANIÔNICOS, CORANTE E ÁGUA, APLICAÇÃO: LIMPEZA DE ALUMÍNIO	25159 4	FRASCO 500ML	10	R\$ 20,00	R\$ 21,00		R\$ 19,75	R\$ 197,53
10	DETERGENTE, COMPOSIÇÃO:TENSOATIVOS ANIÔNICOS, COADJUVANTE, PRESERVANTES, COMPONENTE ATIVO:LINEAR ALQUIBENZENO SULFONATO DE SÓDIO, APLICAÇÃO:REMOÇÃO DE GORDURAS DE LOUÇAS, TALHERES E PANEAS, AROMA:NEUTRO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:CONTÉM TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL	22669 8	FRASCO 500ML	30	R\$ 1,68	R\$ 3,10	R\$ 1,56	R\$ 2,11	R\$ 63,40
11	ESPONJA LIMPEZA, MATERIAL:FIBRA SINTÉTICA, FORMATO:RETANGULAR, ABRASIVIDADE:ALTA, APLICAÇÃO:UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DUPLA FACE	25072 2	UNID ADE	50	R\$ 0,75	R\$ 0,60		R\$ 1,11	R\$ 55,67
12	ESPONJA LIMPEZA, MATERIAL:LÁ AÇO, FORMATO:ANATÔMICO, ABRASIVIDADE:MÉDIA, APLICAÇÃO:UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	22590 1	PACOTE	5	R\$ 2,32			R\$ 2,79	R\$ 13,93
13	FLANELA, MATERIAL: FLANELA, COMPRIMENTO: 40 CM, LARGURA: 60 CM, COR: BRANCA	32788 7	UNID ADE	40	R\$ 5,96	R\$ 1,49		R\$ 3,32	R\$ 132,67
14	PANO DE LIMPEZA, MATERIAL: MICROFIBRA, COMPRIMENTO: 60 CM, LARGURA: 40CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ALTO GRAU DE ABSORÇÃO, APLICAÇÃO: USO GERAL, TIPO: TOALHA	43832 6	UNID ADE	4	R\$ 10,50	R\$ 9,28		R\$ 10,23	R\$ 40,91
15	LIMPA-VIDRO, ASPECTO FÍSICO:LÍQUIDO, COMPOSIÇÃO:TENSOATIVOS ANIÔNICOS / SEQUESTRANTES / HIDRÓXIDO	24225 2	LITRO	10	R\$ 2,79			R\$ 6,53	R\$ 65,30

16	LUSTRADOR MÓVEIS, COMPONENTES:BASE DE SILICONE, AROMA:SEM CHEIRO	263450	FRASCO 200ML	10				R\$ 10,81	R\$ 108,07
17	ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO, COMPOSIÇÃO:BÁSICA, TIPO:SAE 30, NÍVEL DESEMPENHO API:TC, TIPO USO:NÃO APLICÁVEL, APLICAÇÃO:MOTOR GASOLINA 2 TEMPOS	226394	FRASCO 500ML	3				R\$ 47,06	R\$ 141,18
18	PALHA AÇO, MATERIAL:AÇO CARBONO, ABRASIVIDADE:FINA	241744	PACOTE	5				R\$ 2,37	R\$ 11,85
19	PANO LIMPEZA, ALVEJADO, COMPRIMENTO:85 CM, LARGURA:60 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:CHÃO, TIPO:SACO	357462	UNIDADE	45				R\$ 7,29	R\$ 328,20
20	PAPEL HIGIENICO, MATERIAL:CELULOSE VIRGEM, COMPRIMENTO:30 M, LARGURA:10 CM, TIPO:PICOTADO, QUANTIDADE FOLHAS:DUPLA, COR:BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: EXTRA MACIO E SEM PERFUME	301139	ROLOS	700	R\$ 3,90	R\$ 3,70	R\$ 1,24	R\$ 2,95	R\$ 2.062,67
21	SABÃO BARRA, COMPOSIÇÃO BÁSICA:SAIS + ÁCIDO GRAXO, TIPO:NEUTRO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:SEM PERFUME	226631	UNIDADE	15	R\$ 6,90			R\$ 4,88	R\$ 73,20
22	SABÃO PO, APLICAÇÃO: LAVAR ROUPAS E LIMPEZA GERAL, ODOR:NÃO APLICÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BIODEGRADÁVEL	226794	PACOTE 800G	6				R\$ 16,65	R\$ 99,92
23	SABONETE LÍQUIDO, ASPECTO FÍSICO:LÍQUIDO PERFUMADO, APLICAÇÃO:SABONETEIRA PARA SABONETES LÍQUIDOS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:PRONTO USO, AROMA:SUAVE	253197	LITRO	30	R\$ 5,29	R\$ 10,50		R\$ 8,26	R\$ 247,80
24	SABONETE, ASPECTO FÍSICO:SÓLIDO, PESO: 85 G, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:HIPOALERGENICO/ANTIBACTERIANO, SEM CORANTES	422221	UNIDADE	10				R\$ 4,34	R\$ 43,43

25	SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE:100 L, COR:BRANCO LEITOSO, LARGURA:92 CM, ALTURA:102 CM, ESPESSURA:0,12 MM, APLICAÇÃO:COLETA DE RESÍDUOS INFECTANTES SÓLIDOS, NORMAS TÉCNICAS:NBR 9195, NBR 9191, NBR 7500, MATERIAL:POLIETILENO	35585 7	PACO TE C/ 100 UNID ADES	5				R\$ 84,15	R\$ 420,75
26	SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE:100 L, COR:PRETA, APRESENTAÇÃO:PEÇA ÚNICA, LARGURA:80 CM, ALTURA:100 CM	22609 4	PACO TE C/ 100 UNID ADES	5	R\$ 30,30			R\$ 38,70	R\$ 193,50
27	SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE:200 L, COR:BRANCO LEITOSO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM SIMBOLOGIA DE SUBSTÂNCIA INFECTANTE, NORMAS TÉCNICAS:NBR 7500, NBR 9191, MATERIAL:POLIETILENO	37594 8	PACO TE C/ 100 UNID ADES	2	R\$ 65,79			R\$ 75,81	R\$ 151,63
28	SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE:200 L, COR:PRETA, APRESENTAÇÃO:PEÇA ÚNICA, LARGURA:115 CM, ALTURA:100 CM	22609 5	PACO TE C/ 100 UNID ADES	2				R\$ 72,62	R\$ 145,24
29	SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE:50 L, COR: PRETO. LARGURA:63 CM, ALTURA:80 CM, NORMAS TÉCNICAS:CLASSE I - NBR 9191	25372 9	PACO TE C/ 100 UNID ADES	8	R\$ 19,00			R\$ 34,92	R\$ 279,39
30	SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE:50 L, COR:BRANCO LEITOSO, LARGURA:63 CM, ALTURA:80 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM INSCRIÇÃO CONFORME MODELO E SOLDA CONTÍNUA, ESPESSURA:7 MICRA, APLICAÇÃO:COLETA DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE	34559 1	PACO TE C/ 100 UNID ADES	8				R\$ 29,70	R\$ 237,63
31	SAPONACEO, COMPOSIÇÃO:SABÃO/QUATZITO/AGENTE ABRASIVO, APLICAÇÃO:LIMPEZA, ASPECTO FÍSICO:BARRA DE 200 GRAMAS	35252 7	UNID ADE	2				R\$ 4,35	R\$ 8,71

32	SAPONACEO, COMPOSIÇÃO:TENSOATIVOS ANIONICO E NAO-ANIONICO, ESPESSANTE,, APLICAÇÃO:LIMPEZA PISOS, PAREDES E LOUÇAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COMPONENTE ATIVO BIODEGRADAVEL LINEAR ALQUIBENZENO, ASPECTO FÍSICO:CREMOSO	25268 3	UNID ADE 250ML	5				R\$ 12,48	R\$ 62,38
33	SAPONACEO, COMPOSIÇÃO:TENSOATIVOS ANIÔNICOS, ALCALINIZANTES, AGENTE, APLICAÇÃO:LIMPEZA PISOS, PAREDES E LOUÇAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:BIODEGRADÁVE L, ASPECTO FÍSICO:PÓ	24170 3	UNID ADE 300GR	5				R\$ 5,71	R\$ 28,55
34	SOLUÇÃO LIMPEZA MULTIUSO, COMPOSIÇÃO BÁSICA:ÁGUA E INGREDIENTES SULFACTANTES., ASPECTO FÍSICO:LÍQUIDO CONCENTRADO, TIPO USO:LIMPEZA E REMOÇÃO DE RESÍDUOS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:PH NEUTRO	30285 6	FRAS CO 500ML	4 0				R\$ 4,93	R\$ 197,07
35	TOALHA DE PAPEL, MATERIAL:PAPEL, TIPO FOLHA:2 DOBRAS, DUPLA, COMPRIMENTO:23 CM, LARGURA:21 CM, COR:BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:INTERFOLHADA, ACONDICIONADO EM PACOTE DE 1.000 FOLHAS, 100% CELULOSE.	31923 2	PACO TE	8 5	R\$ 17,00	R\$ 21,68	R\$ 14,50	R\$ 17,73	R\$ 1.506,77
36	TOALHA DE PAPEL, MATERIAL:PAPEL ALTA ALVURA (100% CELULOSE), TIPO FOLHA: DUPLA, COMPRIMENTO:200 M, LARGURA:30 CM, COR:BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:SUPER RESISTENTE, RÁPIDA ABSORVIÇÃO LÍQUIDOS	24967 7	PACO TE C/ 2 ROLO S	3 0				R\$ 8,60	R\$ 258,00
37	GASOLINA (PARA ROÇADEIRAS) USO: PARA AUTOMOTIVOS, CLASSIFICAÇÃO: COMUM	46150 6	LITRO	1 5 0	R\$ 5,25	R\$ 6,70	R\$ 6,45	R\$ 6,13	R\$ 920,00
<b>RATEIO PARA OS 24 POSTOS (PEDRO LEOPOLDO)</b>									<b>R\$ 391,13</b>
<b>1.2 - ENTREGA MENSAL - EPI'S</b>									



Item	Especificação	CAT MAT	Unidade	Qtd	COMPRASNET			VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	LUVA BORRACHA, MATERIAL:LÁTEX NATURAL, TAMANHO:GRANDE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:PALMA ANTIDERRAPANTE, INTERIOR DE VERNIZ, USO:MULTIUSO	231750	PAR	8				R\$ 7,04	R\$ 56,35
2	LUVA BORRACHA, MATERIAL:LÁTEX NATURAL, TAMANHO:MÉDIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:PALMA ANTIDERRAPANTE, INTERIOR DE VERNIZ, USO:MULTIUSO	332392	PAR	20				R\$ 7,04	R\$ 140,87
3	LUVA BORRACHA, MATERIAL:LÁTEX NATURAL, TAMANHO:PEQUENO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:PALMA ANTIDERRAPANTE, INTERIOR DE VERNIZ, USO:MULTIUSO	235791	PAR	8				R\$ 7,04	R\$ 56,35
4	LUVA BORRACHA, MATERIAL:LÁTEX NATURAL, TAMANHO: GRANDE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:PALMA ANTIDERRAPANTE, INTERIOR DE VERNIZ, USO:MULTIUSO CANO LONGO (46CM)	3265	PAR	5				R\$ 37,39	R\$ 186,97
5	REPELENTE, PRINCÍPIO ATIVO: Á BASE DE ICARIDINA, CONCENTRAÇÃO: ATÉ 25%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: ISENTO DE ÓLEO, FORMA FARMACÉUTICA: SPRAY 100ML	432411	UNIDADE	16				R\$ 34,82	R\$ 557,17
<b>RATEIO PARA OS 24 POSTOS (PEDRO LEOPOLDO)</b>									<b>R\$ 41,57</b>
<b>2.1 - ENTREGA TRIMESTRAL - MATERIAIS</b>									
	Especificação	CAT MAT	Unidade	Qtd	COMPRASNET			VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	LIMPA PNEU, ASPECTO FÍSICO:CREMOSO, COMPOSIÇÃO:SILICONE, PIGMENTOS E ABRILHANTADOR, APLICAÇÃO:SUPERFÍCIES EMBORRACHADAS E SIMILARES	342628	LITRO	2	R\$ 23,00			R\$ 22,04	R\$ 44,07
2	INSETICIDA (AEROSSOL). FRASCO C/ 300 ML/177 GR	484679	UNIDADE	4				R\$ 19,46	R\$ 77,85

3	MASSA POLIR, INDICE ABRASÃO:PEQUENO, RENDIMENTO:18 M2/KG, APLICAÇÃO:POLIMENTO/PINTURA/RETOQUE E REPINTURA AUTOMOTIVA	22431 5	LATA	1				R\$ 32,02	R\$ 32,02
4	PROTECTOR ASSENTO SANITÁRIO, MATERIAL: FIBRAS NATURAIS, TIPO USO: DESCARTÁVEL, COR: BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PAPEL IMPERMEÁVEL,BIODEGRADÁVEL, DIMENSÕES: 45 CM X 38 CM	35677 1	CAIXA C/40 UNIDADES	3 0				R\$ 18,28	R\$ 548,50
5	VASSOURA, MATERIAL CERDAS:PIAÇAVA, MATERIAL CABO:MADEIRA, MATERIAL CEPA:MADEIRA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:MATERIAL CABO E CEPA DE MADEIRA ISENTA DE NÓS COM, LARGURA CEPA:25 CM, ALTURA CEPA:12 CM	25321 9	UNIDADE	6				R\$ 25,44	R\$ 152,64
6	VASSOURA, MATERIAL CERDAS:SISAL, MATERIAL CABO:MADEIRA, TIPO:VASCULHO, APLICAÇÃO:LIMPEZA TETO, COMPRIMENTO CABO:300 CM	25483 3	UNIDADE	6	R\$ 14,40	R\$ 14,89		R\$ 18,73	R\$ 112,38
7	VASSOURINHA, MATERIAL CERDA:NAILON, MATERIAL CABO:PLÁSTICO, APLICAÇÃO:LIMPEZA SANITÁRIO	27832 3	UNIDADE	5				R\$ 10,46	R\$ 52,30
8	FIPRONIL, VENENO EXTERMÍNIO DE PRAGAS / FORMIGAS / INSETOS, APRESENTAÇÃO: INSETICIDA PÓ	44706 1	KG	2				R\$ 20,46	R\$ 40,92
9	XAMPU/SHAMPOO, TIPO:NEUTRO, APLICAÇÃO:ADULTO, CABELOS NORMAIS	40241 3	LITRO	5				R\$ 19,49	R\$ 97,45
10	SILICONE, COMPONENTES:GLICERINA, ALCOOL ETÍLICO, ÁGUA, APRESENTAÇÃO:GEL, COR:INCOLOR, FINALIDADE:PROTEÇÃO E BRILHO DE SUPERFÍCIES DE PLÁSTICO E BOR, APLICAÇÃO:SUPERFÍCIES DE PLÁSTICO E BORRACHA EM VEÍCULOS	44156 9	LITRO	5				R\$ 48,19	R\$ 240,93
11	QUEROSENE, COMPOSIÇÃO:100% DESTILADO DE PETRÓLEO, APLICAÇÃO:LIMPEZA VEICULAR, PARA DILUIÇÃO PRODUTOS QUÍMICOS	26284 4	LITRO	3				R\$ 29,17	R\$ 87,50

12	ESPONJA RETANGULAR DESENVOLVIDA ESPECIALMENTE PARA LAVAGEM AUTOMOTIVA. (MEDINDO: 200MM X 130MM X 70 MM)	45042 3	UNID ADE	3				R\$ 7,03	R\$ 21,10
13	ESTOPA, MATERIAL:FIO ALGODÃO PURO, APLICAÇÃO:POLIMENTO E LIMPEZA AUTOMOTIVA	22734 5	PACO TE	3				R\$ 10,04	R\$ 30,12
14	DETERGENTE LIMPEZA VEÍCULO, ASPECTO FÍSICO: SEMIPASTOSO, COMPOSIÇÃO: SHAMPOO AUTOMOTIVO C, CERA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LAVAGEM DE VEICULOS E SUPERFICIES PINTADAS	44618 2	LITRO	1 0				R\$ 9,26	R\$ 92,63
15	DESENGRAXANTE, ASPECTO FÍSICO:LÍQUIDO VISCOSO, COMPOSIÇÃO:LAURIL ÉTER, SULFATO DE SÓDIO, ESPESSANTE, INIBI-, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:LÍQUIDO CONCENTRADO, BASE ALCALINA, SOLÚVEL EM, APLICAÇÃO:LIMPADOR VEÍCULO AUTOMOTIVO	23430 0	LITRO	1 0				R\$ 15,55	R\$ 155,47
16	CERA AUTOMOTIVA, TIPO:PASTOSA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DAR BRILHO LATARIA	26468 6	LATA 200G	1				R\$ 31,83	R\$ 31,83
<b>RATEIO PARA OS 24 POSTOS (PEDRO LEOPOLDO)</b>									<b>R\$ 25,25</b>
<b>2.2 - ENTREGA TRIMESTRAL - EPI'S</b>									
	<b>Especificação</b>	<b>CAT MAT</b>	<b>Unida de</b>	<b>Q td</b>				<b>VALO R UNIT</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
1	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, MATERIAL:LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, TAMANHO:GRANDE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:SEM PÓ, ANTIDERRAPANTE, TIPO:AMBIDESTRA	27434 8	CAIX A C/100 UNID ADES	1				R\$ 32,99	R\$ 32,99
2	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, MATERIAL:LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, TAMANHO:MÉDIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:SEM PÓ, ANTIDERRAPANTE, TIPO:AMBIDESTRA	33745 0	CAIX A C/100 UNID ADES	1				R\$ 30,70	R\$ 30,70

3	LUVA PROTEÇÃO, MATERIAL:VAQUETA CURTIDA AO CROMO, TAMANHO:GRANDE, TAMANHO CANO:LONGO, TIPO:5 DEDOS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:CLASSE 2, REFORÇO EXTERNO PALMA E POLEGAR, COR:BEGE	38490 7	UNID ADE	1 0				R\$ 25,63	R\$ 256,30
4	ÓCULOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, MATERIAL ARMAÇÃO:POLIPROPILENO, MATERIAL LENTE:POLICARBONATO, TIPO LENTE:ANTI- EMBAÇANTE, INFRADURA, EXTRA ANTI-RISCO, MODELO LENTE:SOBREPOSIÇÃO (P/SER USADO SOBRE ÓCULOS GRADUADOS), CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:INCOLOR/ PROTEÇÃO CONTRA RÁIOS ULTRAVIOLETA	37352 8	UNID ADE	6				R\$ 6,28	R\$ 37,68
5	PROTETOR SOLAR, TIPO PROTEÇÃO:UVA/UVB, FATOR PROTEÇÃO:FATOR 50, FORMA FARMACÊUTICA:CREME; FRASCO 120ml	40588 5	UNID ADE	8				R\$ 32,78	R\$ 262,24
6	MÁSCARA DE PROTEÇÃO, MODELO: RESPIRADOR, MATERIAL:MANTA SINTÉTICA, QUANTIDADE PONTOS FIXAÇÃO:4 UN, APLICAÇÃO:CLASSE PFF1, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:2 GRAMPOS METÁLICOS DE CADA LADO, 2 ALÇAS NA PARTE, TIPO:SEMIFACIAL, TIPO USO:DESCARTÁVEL, FORMATO:CONCHA	35057 0	UNID ADE	1 5				R\$ 1,77	R\$ 26,50
7	MÁSCARA DE PROTEÇÃO, MODELO: RESPIRADOR DOBRÁVEL, TIPO BICO DE PATO, MATERIAL:CAMADAS FIBRAS SINTÉTICAS, FILTRO: EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO MÍN. 94% S, CLASSE: PFF2, ADICIONAL: CARVÃO ATIVADO, COMPONENTE: CLIQUE NASAL, TIPO FIXAÇÃO: TIRAS VEDAÇÃO ANATÔMICA, ADICIONAL 2: COM VÁLVULA, ESTERILIDADE: DESCARTÁVEL.	48553 3	UNID ADE	2 0				R\$ 3,26	R\$ 65,13

8	LUVA DE SEGURANÇA, PROTEÇÃO DOS MEMBROS SUPERIORES, CONTRA AGENTES TÉRMICOS, MATERIAL: FIO THERMASTAT, APLICAÇÃO: SEGURANÇA E PROTEÇÃO INDIVIDUAL, CARACTERÍSTICAS ADIVIONAIS: PARA BAIXA E ALTA TEMPERATURA DE - 25°C A 100°C	48685 4	UNID ADE	2				R\$ 28,64	R\$ 57,29
<b>RATEIO PARA OS 24 POSTOS (PEDRO LEOPOLDO)</b>									<b>R\$ 10,68</b>
<b>3.1 - ENTREGA SEMESTRAL - MATERIAIS</b>									
<b>IT E M</b>	<b>Especificação</b>	<b>CAT MAT</b>	<b>Unida de</b>	<b>Q td</b>				<b>VALO R UNIT</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
1	DESENTUPIDOR VASO SANITÁRIO, MATERIAL: BORRACHA FLEXÍVEL, COR: PRETA, ALTURA: 10 CM, DIÂMETRO: 16 CM, MATERIAL CABO: MADEIRA, COMPRIMENTO CABO: 50 CM	24171 1	UNID ADE	1	R\$ 5,98	R\$ 6,30	R\$ 5,52	R\$ 5,93	R\$ 5,93
2	PANO PRATO, MATERIAL:ALGODÃO ALVEJADO, COMPRIMENTO:71 CM, LARGURA:48 CM, COR:BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:ABSORVENTE/L AVÁVEL E DURÁVEL	41850 6	UNID ADE	6	R\$ 2,69	R\$ 6,55		R\$ 4,71	R\$ 28,28
3	RODO, MATERIAL CABO: POLIPROPILENO,MATERIAL SUPORTE: POLIPROPILENO, COMPRIMENTO SUPORTE: 60 cm, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CABO APROXIMADAMENTE 1,5M, PONTA PLÁSTICA ROSQUEÁVEL.	45524 9	UNID ADE	5				R\$ 19,62	R\$ 98,12
4	VASSOURA, MATERIAL CERDAS: PÊLO SINTÉTICO, MATERIAL CEPA: POLIPROPILENO, COMPRIMENTO CEPA: 40 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CABO DE MADEIRA PLASTIFICADA, DIÂMETRO CEPA: 25 MM.	44626 9	UNID ADE	1	R\$ 18,80	R\$ 18,00	R\$ 8,99	R\$ 15,26	R\$ 15,26
5	VASSOURA, TIPO:GARI, MATERIAL CERDAS: PIAÇAVA, MATERIAL CABO: MADEIRA, COMPRIMENTO CEPA: 60 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM CABO ROSQUEADO.	31893 8	UNID ADE	4	R\$ 19,00	R\$ 39,34	R\$ 16,00	R\$ 24,78	R\$ 99,12
<b>RATEIO PARA OS 24 POSTOS (PEDRO LEOPOLDO)</b>									<b>R\$ 1,71</b>

3.2 - ENTREGA SEMESTRAL - EPI'S									
	Especificação	CAT MAT	Unida de	Q td				VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	BONÉ, MATERIAL CORPO:BRIM, MATERIAL ABA:BRIM, MATERIAL REGULADOR ABERTURA:VELCRO, MODELO:COM ABA	33316 0	UNID ADE	6				R\$ 16,63	R\$ 99,76
2	PROTECTOR FACIAL, MATERIAL:POLICARBONATO, COR:INCOLOR, COMPRIMENTO:150 MM, MATERIAL COROA:PLÁSTICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COROA AJUSTÁVEL E ARTICULADA. <b>LARGURA 270MM. ALTURA 235MM (NÚMERO 10)</b>	22052 9	UNID ADE	6				R\$ 35,63	R\$ 213,80
3	TOUCA TIPO: BALACLAVA COM BONÉ, MATERIAL: MALHA SIMPLES, APLICAÇÃO: PROTEGER A CABEÇA, PESCOÇO E OMBROS, CARACTERISTICAS ADICIONAIS: ABERTURA TOTAL (UTILIZADA EM ATIVIDADES A CÉU ABERTO ONDE HAJA NECESSIDADE DE PROTEÇÃO DO PESCOÇO CONTRA A RADIAÇÃO SOLAR)	33571 4	UNID ADE	6	R\$ 17,99			R\$ 18,46	R\$ 110,78
<b>RATEIO PARA OS 24 POSTOS (PEDRO LEOPOLDO)</b>									<b>R\$ 2,95</b>
4.1 - ENTREGA ANUAL - MATERIAIS									
	Especificação	CAT MAT	Unida de	Q td				VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	ADUBO QUÍMICO JARDIM, ASPECTO FÍSICO:PÓ/GRANULADO, COR:BRANCA, COMPOSIÇÃO BÁSICA:NPK (4.14.8)	24241 0	PACO TE 50 KG	1	R\$ 169,00			R\$ 117,77	R\$ 117,77
2	BALDE, MATERIAL:PLÁSTICO, TAMANHO:EXTRA, MATERIAL ALÇA:ARAME GALVANIZADO, CAPACIDADE:20 L, COR:PRETA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:NÃO APLICÁVEL	21608 6	UNID ADE	2	R\$ 20,00			R\$ 18,03	R\$ 36,05
3	BALDE, MATERIAL:PLÁSTICO, TAMANHO:MÉDIO, MATERIAL ALÇA:ARAME GALVANIZADO, CAPACIDADE:10 L, COR:NATURAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:REFORÇO	21608 2	UNID ADE	2	R\$ 29,50			R\$ 18,69	R\$ 37,38

	FUNDO E BORDA								
4	BORRIFADOR, MATERIAL:PLÁSTICO, TIPO:SPRAY, CONTENDO BICO BORRIFADOR, APLICAÇÃO:MATERIAL DE LIMPEZA	30788 5	UNID ADE	1 0	R\$ 7,49	R\$ 6,00	R\$ 7,87	R\$ 7,12	R\$ 71,20
5	ESPANADOR ELETROSTÁTICO COM CABO ANGULAR ARTICULADO	30236	UNID ADE	2				R\$ 45,60	R\$ 91,19
6	FIO DE NYLON QUADRADO, ESPESSURA/BITOLA: 3,0MM, APLICAÇÃO: ROÇADEIRA	60924 7	ROLO	4				R\$ 75,57	R\$ 302,27
7	LÂMINA CORTE ROÇADEIRA MANUAL, FORMATO: 2 PONTAS/2 FACAS (COM FURO ADEQUADO PARA UTILIZAÇÃO NO EQUIPAMENTO) MEDINDO: 35CM	23762 7	UNID ADE	4 0				R\$ 47,67	R\$ 1.906,67
8	TELA PARA PROTEÇÃO DE AMBIENTE COM SUPORTE PARA USO COM ROÇADEIRA (ROLO COM ALTURA DE 1,5 METROS E 50 METROS DE COMPRIMENTO, COMPOSIÇÃO: 100% PEAD)	47696 2	UNID ADE	1				R\$ 279,43	R\$ 279,43
9	ESCOVA ROUPA, MATERIAL CORPO:PLÁSTICO, MATERIAL CERDAS:PET, COR CERDAS:BRANCA E AZUL	44627 4	UNID ADE	4	R\$ 2,31			R\$ 4,44	R\$ 17,77
10	ENXADA C/CABO DE 130 CM; LÂMINA EM AÇO TEMPERADO E PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ; ENCABAMENTO COM BUCHA PLÁSTICA; FABRICADO SEGUNDO NORMA ABNT NBR 6413; GARANTIA DE 1 ANO. REFERÊNCIA: Equivalente ou Superior a TRAMONTINA.	enxada	UNID ADE	4	R\$ 50,38			R\$ 59,09	R\$ 236,37
11	FOICE ROÇADEIRA C/CABO DE 120 CM; FABRICADA EM AÇO CARBONO; TEMPERADA; PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ PARA MAIOR PROTEÇÃO CONTRA OXIDAÇÃO; GARANTIA 1 ANO. REFERÊNCIA: Equivalente ou Superior a TRAMONTINA.	25498 4	UNID ADE	4	R\$ 77,55	R\$ 44,99		R\$ 65,05	R\$ 260,21

12	PÁ QUADRADA C/CABO DE 71 CM; FABRICADA EM AÇO CARBONO; TEMPERADA; PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ PARA MAIOR PROTEÇÃO CONTRA OXIDAÇÃO; EMPUNHADURA PLÁSTICA ERGONÔMICA; GARANTIA 1 ANO. REFERÊNCIA: Equivalente ou Superior a TRAMONTINA.	23976 7	UNID ADE	4	R\$ 36,64			R\$ 42,23	R\$ 168,91
13	PÁ REDONDA C/CABO DE 71 CM; FABRICADA EM AÇO CARBONO; TEMPERADA; PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ PARA MAIOR PROTEÇÃO CONTRA OXIDAÇÃO; EMPUNHADURA PLÁSTICA ERGONÔMICA; GARANTIA 1 ANO. REFERÊNCIA: Equivalente ou Superior a TRAMONTINA.	46663 1	UNID ADE	4	R\$ 36,64			R\$ 38,51	R\$ 154,04
14	RODO 45 CM, PRÓPRIO PARA LIMPEZA DE VIDROS, LIMPADOR DE VIDROS, MATERIAL CABO: MADEIRA, MATERIAL BASE: BORRACHA, COMPRIMENTO CABO: 50 CM, TIPO: RODO, APLICAÇÃO: LIMPEZA VIDRO	22993 3	UNID ADE	2				R\$ 77,37	R\$ 154,74
15	RESERVATÓRIO PARA SABONETE LÍQUIDO PARA INSTALAÇÃO NO DISPENSER PREMISSE	38482 1	UNID ADE	1 0				R\$ 13,99	R\$ 139,87
16	DISCO VERDE 510, LIMPEZA DE PISOS LISOS QUE NÃO TENHAM CERA, USADO EM ENCERADEIRAS OU LIMPADORAS AUTOMÁTICAS, PARA TRATAMENTO DE PISOS.	30198	UNID ADE	1				R\$ 49,42	R\$ 49,42
17	DISCO VERDE 410, REMOÇÃO DE CAMADAS SUPERFICIAIS E SUJEIRAS IMPREGNADAS NA SUPERFÍCIE DO ACABAMENTO DE PISOS EM GERAL	30198	UNID ADE	1				R\$ 32,60	R\$ 32,60
18	DISCO VERDE 350, REMOÇÃO DE CAMADAS SUPERFICIAIS E SUJEIRAS IMPREGNADAS NA SUPERFÍCIE DO ACABAMENTO DE PISOS EM GERAL, POSSUI MINERAIS ABRASIVOS EM TODA A SUA ESTRUTURA	30198	UNID ADE	4				R\$ 23,67	R\$ 94,67
19	DISCO VERDE 300, REMOÇÃO DE CAMADAS SUPERFICIAIS E SUJEIRAS IMPREGNADAS NA SUPERFÍCIE DO ACABAMENTO DE PISOS EM GERAL, POSSUI MINERAIS ABRASIVOS EM TODA A SUA ESTRUTURA	30198	UNID ADE	1				R\$ 21,53	R\$ 21,53



20	SACO DE ASPIRADOR PARA O ASPIRADOR GT3.000 PRO - ALTURA: 32CM LARGURA: 0,5 COMPRIMENTO: 22, MATERIAL: PAPEL, CAPACIDADE: 20L, USO: ASPIRADOR DE PÓ E LÍQUIDO	45983 9	KIT COM 03 UNID ADES	1				R\$ 41,38	R\$ 41,38
21	TORNEIRA PARA BEBEDOURO, MATERIAL CORPO: PVC, TIPO: AUTOMÁTICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ALAVANCA DE ACIONAMENTO SUPERIOR, APLICAÇÃO: BEBEDOURO DE GARRAFÃO, COR: BRANCA	24517 1	UNID ADE	1 0				R\$ 12,09	R\$ 120,93
22	LIMA, TIPO: BASTARDA, FORMATO: CHATA, AÇO CARBONO, CABO PLÁSTICO EMBORRACHADO. LEVEMENTE AFLADAS NA LARGURA, TÊM CORTE DUPLO EM AMBAS AS FACES E CORTE SIMPLES EM AMBAS AS BORDAS. MEDIDA: 8". REFERÊNCIA: Equivalente ou Superior a TRAMONTINA.	33812 9	UNID ADE	2 0				R\$ 36,13	R\$ 722,53
23	RASTELO DE FERRO REGULÁVEL, FERRAMENTA, MATERIAL: AÇO CARBONO ESPECIAL DE ALTA QUALIDADE, CABO: MADEIRA, USO: CAPINA E LIMPEZA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ENXADA: LÂMINA 24,75 CM; 22 DENTES DE PALHETA, LÂMINA É TEMPERADA EM TODO O CORPO DA PEÇA, PROPORCIONANDO MAIOR RESISTÊNCIA E MENOR DESGASTE DURANTE O USO. REFERÊNCIA: Equivalente ou Superior a TRAMONTINA.	69116	UNID ADE	8				R\$ 30,72	R\$ 245,76
24	RASTELO DE PLÁSTICO, POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA, PROPORCIONANDO MAIOR DURABILIDADE E ÓTIMO ACABAMENTO, CABO DE MADEIRA 120 CM PRODUZIDO COM MADEIRA DE ORIGEM RENOVÁVEL, OLHO DE 23 MM DE DIÂMETRO, CABO COM ACABAMENTO ENVERNIZADO. PRÓPRIA PARA RECOLHER GRAMAS E FOLHAS, POIS POSSUI ÂNGULO MAIOR DE ATUAÇÃO. FABRICADO COM PLÁSTICO VIRGEM, PROPORCIONANDO AO PRODUTO MAIOR	69116	unidade	8				R\$ 32,77	R\$ 262,16

	RESISTÊNCIA E DURABILIDADE. REFERÊNCIA: Equivalente ou Superior a TRAMONTINA.								
25	FACÃO, MATERIAL LÂMINA: AÇO CARBONO, MATERIAL CABO: POLIETILENO FIXADO POR PREGOS DE ALUMÍNIO. LÂMINA COM MAIOR DURABILIDADE DO FIO, DEVIDO AO TRATAMENTO TÉRMICO, COMPRIMENTO: 20 POL. REFERÊNCIA: Equivalente ou Superior a TRAMONTINA.	21516 8	UNID ADE	5				R\$ 39,98	R\$ 199,88
26	TESOURA PODA, MATERIAL LÂMINA: AÇO TEMPERADO, MATERIAL CABO: MADEIRA, TIPO DE USO: CERCA VIVA, APLICAÇÃO: JARDINAGEM. REFERÊNCIA: Equivalente ou Superior a TRAMONTINA.	24778 5	UNID ADE	4				R\$ 44,32	R\$ 177,27
27	GARFO JARDINAGEM MATERIAL: AÇO, MATERIAL CABO: MADEIRA PLASTIFICADA, COMPRIMENTO CABO: 71 CM, LARGURA GARFO: 240 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FORCADO PARA CASCALHO/10 DENTES. REFERÊNCIA: Equivalente ou Superior a TRAMONTINA.	38966 8	UNID ADE	4				R\$ 138,27	R\$ 553,09
28	GARRAFA TÉRMICA MATERIAL: PLÁSTICO, CAPACIDADE: 5 LITROS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM TORNEIRA.	26197 4	UNID ADE	2				R\$ 53,95	R\$ 107,91
29	TORQUÊS, TIPO: ARMADOR, ACABAMENTO: OXIDADO, TAMANHO: 12 POL. REFERÊNCIA: Equivalente ou Superior a TRAMONTINA.	24998 6	UNID ADE	2				R\$ 59,34	R\$ 118,68
30	CAVADEIRA ARTICULADA, MATERIAL: AÇO CARBONO, CABO: MADEIRA, COMPRIMENTO DO CABO: 145 CM. REFERÊNCIA: Equivalente ou Superior a TRAMONTINA.	60198 3	UNID ADE	1				R\$ 110,07	R\$ 110,07

31	ALAVANCA MATERIAL: AÇO CARBONO, MATERIAL: FERRO, LARGURA: 8,0, ALTURA: 1,50. REFERÊNCIA: Equivalente ou Superior a TRAMONTINA.	270716	UNID ADE	1				R\$ 107,71	R\$ 107,71
32	CAL, MATERIAL: HIDRÓXIDO DE CÁLCIO, ASPECTO FÍSICO: PÓ, COR: BRANCA, APLICAÇÃO: CONSTRUÇÃO CIVIL, PACOTE: 7 KILOS	248941	PACOTE	10				R\$ 12,45	R\$ 124,47
33	BROXA PINTURA, MATERIAL BASE: PLÁSTICO, MATERIAL CABO: PLÁSTICO, MATERIAL CERDAS: SINTÉTICO, FORMA: RETANGULAR, COMPRIMENTO: 18,2, LARGURA: 8.	453778	UNID ADE	5				R\$ 12,33	R\$ 61,67
34	CALCÁRIO DOLOMITICO, ASPECTO FÍSICO: PÓ, COMPOSIÇÃO: CORREÇÃO ACIDEZ DO SOLO	485560	KG	50				R\$ 14,67	R\$ 733,33
35	FERTILIZANTE NPK+9 (PALMEIRAS), ASPECTO FÍSICO: GRANULADO, COR: BRANCA, 10KG.	373103	KG	10				R\$ 141,68	R\$ 1.416,83
36	HERBICIDA NÃO SELETIVO DE AÇÃO SISTÊMICA DO GRUPO QUÍMICO GLICINA SUBSTITUÍDA. RECOMENDAÇÃO PARA CONTROLE DE PLANTAS INFESTANTES. REFERÊNCIA: ROUNDAP	379963	LITROS	10				R\$ 120,33	R\$ 1.203,30
37	MACHADO, MATERIAL AÇO CARBONO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS LÂMINA TRATAMENTO TÉRMICO, RESISTENTE, COM CABO, MATERIAL CABO MADEIRA, TAMANHO LÂMINA 120, COR PRETO. REFERÊNCIA: Equivalente ou Superior a TRAMONTINA.	329425	UNID ADE	1				R\$ 122,01	R\$ 122,01
38	ALICATE PODA/TESOURA PODA, MATERIAL: LÂMINA METÁLICA, CABO: REVESTIMENTO PLÁSTICO, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: COM MOLA. REFERÊNCIA: Equivalente ou Superior a TRAMONTINA.	483878	UNID ADE	1				R\$ 51,97	R\$ 51,97
39	CARRINHO MÃO, MATERIAL CAÇAMBA POLIETILENO, QUANTIDADE RODA 1, TIPO RODA PNEU COM CÂMARA, CAPACIDADE CAÇAMBA 90L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ANTI-UV, RESISTENTE A RAIOS SOLARES)	450337	UNID ADE	2				R\$ 384,45	R\$ 768,89

40	CINTO SUSTENTAÇÃO DUPLO PARA ROÇADEIRA, COMPATIBILIDADE DE MODELOS: UNIVERSAL.	478630	UNID ADE	5				R\$ 65,87	R\$ 329,33
41	MARTELO, MATERIAL AÇO FORJADO, MATERIAL CABO FIBRA, TIPO UNHA, TAMANHO 29MM. REFERÊNCIA: Equivalente ou Superior a TRAMONTINA.	400942	UNID ADE	2				R\$ 54,43	R\$ 108,86
42	PICARETA, MATERIAL: AÇO CARBONO, ACABAMENTO: PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ, CABO: 90 CM, LÂMINA: 4, OLHO OVAL: 70 X 45MM. REFERÊNCIA: Equivalente ou Superior a TRAMONTINA.	603268	UNID ADE	1				R\$ 114,77	R\$ 114,77
43	POLVILHADEIRA MATA FORMIGA, TANQUE PLÁSTICO E TRANSLÚCIDO COM BOCALLARGO, CAPACIDADE MÍNIMA: 01KG, VAZÃO BOMBADA DE NO MÁXIMO: 0,5G, BUCHA: PVC, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: COM MANGUEIRA EXTENSORA EM PVC DE NO MÍNIMO 70CM.	436826	UNID ADE	1				R\$ 76,15	R\$ 76,15
44	CARRO CUBA, COM SUPORTE, RODAS DE POLIURETANO E TAMPA. CAPACIDADE MÍNIMA: 400 LITROS.	469983	UNID ADE	1				R\$ 2.605,70	R\$ 2.605,70
45	PÁ COLETORA LIXO, MATERIAL COLETOR:PLÁSTICO, MATERIAL CABO:METAL REVESTIDO COM PLÁSTICO, COMPRIMENTO CABO:60 CM, COMPRIMENTO:25 CM, LARGURA:20 CM, MODELO:SEM TAMPA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:CABO E COLETOR EM ÂNGULO DE 90º	338696	UNID ADE	3				R\$ 23,11	R\$ 69,32
<b>RATEIO PARA OS 24 POSTOS (PEDRO LEOPOLDO)</b>									<b>R\$ 51,13</b>
<b>4.2 - ENTREGA ANUAL - EPI'S</b>									
IT E M	Especificação	CAT MAT	Unida de	Q td				VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	BOTA DE SEGURANÇA, MATERIAL: PVC - CLORETO DE PLIVINILA, MATERIAL SOLA: BORRACHA ANTIDERRAPANTE, COR: PRETA, TAMANHO: SOB MEDIDA, TIPO CANO: LONGO, TIPO DE USO: SERVIÇOS GERAIS.	398972	UNID ADE	15				R\$ 44,06	R\$ 660,90

2	PROTETOR AURICULAR, MATERIAL:SILICONE, MATERIAL, TAMANHO:MÉDIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM 3 CALOTAS	22120 8	UNID ADE	8				R\$ 4,30	R\$ 34,40
3	PROTETOR AURICULAR, TIPO CONCHA:DUPLA, MATERIAL:PLÁSTICO RESISTENTE, MATERIAL ALMOFADA:ESPUMA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:HASTE COM AJUSTE DE POSIÇÃO, PROTEÇÃO NIVEL DE RUÍ, MATERIAL INTERNO:ESPUMA	31847 3	UNID ADE	6				R\$ 29,71	R\$ 178,24
4	PERNEIRA, MATERIAL:COURO (BIDIM), APLICAÇÃO:PROTEÇÃO PESSOAL ROUPARIA, TIPO:PERNEIRA BOTA, COR:PRETA, TAMANHO:0,45 X 0,40 X 0,44 M CARACTERISTICAS ADICIONAIS: FECHAMENTO COM VELCRO	48631 0	UNID ADE	6				R\$ 34,62	R\$ 207,72
5	AVENTAL DE SOLDADOR, MATERIAL: RASPA DE COURO, COMPRIMENTO: 0,90, LARGURA: 0,60, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: INTEIRIÇO, SEM EMENDAS, COM FIVELAS E TIRAS AJUSTE	39695 0	UNID ADE	6				R\$ 34,92	R\$ 209,50
6	AVENTAL, MATERIAL: PVC, MODELO: FORRADO, TIPO: IMPERMEÁVEL, COR: BRANCA/PRETA, COMPRIMENTO: 120 CM, LARGURA: 70 CM, CARACTERISTICAS ADICIONAIS: TIRAS DE AMARRAR FIXAS	24013 6	UNID ADE	3				R\$ 19,65	R\$ 58,94
7	CAPA DE CHUVA DE PVC FORRADA, COM CAPUZ, FECHAMENTO COM BOTÃO E COMPRIMENTO DE 1,2 M (REFORÇADA). QUALIDADE QUE ATENDA O USO DE NO MÍNIMO 01 ANO	31963 6	UNID ADE	1 0				R\$ 25,80	R\$ 257,97
8	CHAPÉU, MATERIAL: PALHA, CARACTERISTICAS ADICIONAIS: PALHA DUPLA, COM ACABAMENTO NAS BORDAS, ABA 15CM	60481 9	UNID ADE	6				R\$ 32,13	R\$ 192,80
9	PROTEÇÃO DE CABEÇA, CRÂNIO, PESCOÇO E TRONCO (BALACLAVA): CAPUZ DE SEGURANÇA CONTRA RISCOS DE ORIGEM TÉRMICA E VESTIMENTA DE PROTEÇÃO AO TRONCO.	48129 0	UNID ADE	2				R\$ 25,78	R\$ 51,56

10	PROTEÇÃO DE MEMBROS INFERIORES: MEIÃO TÉRMICO	614867	UNID ADE	2				R\$ 11,30	R\$ 22,60
11	PROTEÇÃO DE MEMBROS INFERIORES: CALÇA DE SEGURANÇA PARA PROTEÇÃO CONTRA BAIXAS TEMPERATURAS	614857	UNID ADE	2				R\$ 88,69	R\$ 177,39
12	MASCARA RESPIRADOR FACIAL, COM 03 FILTROS QUÍMICO CLASSE 1 PARA VAPORES ORGÂNICOS. APLICAÇÃO DE ÓLEO DIESEL. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: VISOR, FILTRO FRONTAL E VÁLVULAS LATERAIS	315851	UNID ADE	4				R\$ 33,32	R\$ 133,27
13	VESTUÁRIO PROTEÇÃO (MACACÃO), MATERIAL: 100% POLIETILENO (TIPO TYVEK), TAMANHO: GRANDE, COMPONENTE: MACACÃO DESCARTÁVEL COM CAPUZ, ZIPER FRONTAL, TIPO USO: PROTEÇÃO INDIVIDUAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ELÁSTICO NOS PUNHOS, TORNOZELOS, CAPUZ, COSTURA DUPLA, COR:BRANCA.	397779	UNID ADE	20				R\$ 35,05	R\$ 701,07
<b>RATEIO PARA OS 24 POSTOS (PEDRO LEOPOLDO)</b>									<b>R\$ 10,02</b>

EQUIPAMENTOS - DEPRECIAÇÃO									
ITEM	Especificação	CAT MAT	Unidade	Qtd	Depreciação	Taxa Depreciação anual	MEDIA DE VALORES	Depreciação Anual (valor unitário X taxa de depreciação)	Depreciação Mensal 1º ano (rateio para 24 colaboradores)
1	TRATOR CORTADOR DE GRAMA À GASOLINA, COM LARGURA DE CORTE: 120 CM; POSIÇÕES DE ALTURA DE CORTE: 6; ALTURA DE CORTE: 38 MM; ACIONAMENTO DAS LÂMINAS: EMBREAGEM ELÉTRICA; CONECTOR PARA MANGUEIRA DE ÁGUA PARA LIMPEZA DA PLATAFORMA DE CORTE; MATERIAL DA PLATAFORMA DE CORTE: AÇO PLATAFORMA DE CORTE REVESTIDA COM PINTURA ELETROSTÁTICA; RODAS QUE SE AJUSTAM AS IMPERFEIÇÕES DO TERRENO MOTOR: POTÊNCIA: 25HP; CILINDROS: 2 TIPO DE COMBUSTÍVEL: GASOLINA VOLUME DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL : 15 LITROS FILTRO DE ÓLEO TRANSMISSÃO: TRANSMISSÃO HIDROSTÁTICA; ACESSÓRIO INCLUSO COLETOR (COMPATÍVEL COM A MARCA/MODELO DO TRATOR). REFERÊNCIA: Equivalente ou Superior a HUSQVARNA-TS254G.	607328	UNIDADE	1	10 anos	10%	R\$ 30.632,67	R\$ 3.063,27	R\$ 10,64

2	ROÇADEIRA MANUAL, TIPO MOTOR GASOLINA, POTÊNCIA MOTOR 2.7 CV, TIPO CORTADOR LÂMINA AÇO, PESO APROXIMADO 7,30 KG, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS MOTOR 40,2 CC/TANQUE CAPACIDADE 0,640L, APLICAÇÃO CORTE GRAMA, CAPIM, PASTO, ARBUSTO, CAPOEIRAS, ENTRE OUTROS. REFERÊNCIA: Equivalente ou Superior a Stihl FS 380.	6043 11	UNI DAD E	5	10 anos	10%	R\$ 4.282,33	R\$ 2.141,17	R\$ <b>7,43</b>
3	MOTOPODADOR DE GALHOS COM EXTENSOR, APLICAÇÃO: USO PORFISSIONAL, MOTOR: GASOLINA 2 TEMPOS 36:3, POTÊNCIA: 1,9 HP, PESO APROXIMADO: 7,9KG. REFERÊNCIA: Equivalente ou superior a Stihl HT 135.	4855 44	UNI DAD E	1	10 anos	10%	R\$ 3.914,15	R\$ 391,41	R\$ <b>1,36</b>
4	PODADOR, COMPRIMENTO APROXIMADO DO CORTE: 45 CM, POTÊNCIA HP: 1, CILINDRADA: 27.2, PESO APROXIMADO: 4.7KG. REFERÊNCIA: Equivalente ou superior a Stihl HS 45	4532 48	UNI DAD E	1	10 anos	10%	R\$ 1.725,67	R\$ 172,57	R\$ <b>0,60</b>
5	MOTOSERRA, TIPO MOTOR: GASOLINA 2 TEMPOS, CILINDRADA: 50.2, POTÊNCIA HP: 3.5, PESO APROXIMADO: 4.9KG. REFERÊNCIA: Equivalente ou superior a Stihl MS 260.	4686 00	UNI DAD E	1	10 anos	10%	R\$ 3.109,00	R\$ 310,90	R\$ <b>1,08</b>
<b>RATEIO PARA OS 24 POSTOS (PEDRO LEOPOLDO)</b>									R\$ <b>21,11</b>



## 5.7. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta:

5.7.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.7.1.1. A administração estimou 22 (vinte e dois) dias úteis para cálculo do vale transporte e auxílio alimentação;

5.7.2. A licitante deverá elaborar as Planilhas de Custos e Formação de Preços, respeitando todas as cláusulas obrigatórias definidas em Convenção Coletiva de Trabalho vigente, a sua escolha:

5.7.2.1. Caso o licitante utilize as Convenções Coletivas mencionadas neste Edital e houver nova homologação das mesmas, as propostas de preços deverão seguir os valores constantes no Edital e seus anexos, posteriormente à contratação, os preços serão repactuados.

## 5.8. Relógio de Ponto:

5.8.1. A Contratada deverá instalar relógio de ponto biométricos.

5.8.2. Compete à Contratada acompanhar o controle de entrada/saída, falta dos empregados e a compensação da jornada extra de trabalho, por meio do controle de ponto, que deverá ser realizado mediante o registro eletrônico biométrico, mecânico ou manual, seguindo o estabelecido na Portaria 1.510/2009 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

5.8.3. O sistema de registro eletrônico deve ser padronizado, permitindo que as anotações da entrada e saída dos trabalhadores sejam computadas e registradas fielmente com as marcações efetuadas, além de tornar obrigatória a emissão de comprovante ao empregado em cada batida de ponto, pois não é permitida qualquer ação que desvirtue os fins legais ao que o sistema se destina. Vale registrar que a biometria é o método mais seguro para computar o horário de entrada e saída de cada funcionário. Os relógios de ponto biométricos são perfeitos para atender todo e qualquer tipo de demanda. Vale destacar que os dados biométricos são únicos, por isso, a probabilidade que ocorram fraudes é praticamente nula. Além de ser mais prático, o sistema eletrônico também é mais seguro, permitindo que nem a companhia nem o empregado sofram com ações na justiça futuramente, já que a rotina diária ficará armazenada e registrada para consultas posteriores.

## 5.9. Laudo Técnico das Condições Ambientais no Trabalho – LTCAT, Programa de Prevenção De Riscos Ambientais – PPRA e Elaboração, Coordenação e Assessoria do Programa de Controle Médico da Saúde Ocupacional – PCMSO:

5.9.1. É de responsabilidade da Contratada elaborar e implementar o Laudo Técnico das Condições Ambientais no Trabalho – LTCAT, Programa de Prevenção De Riscos Ambientais – PPRA, e Elaboração, Coordenação e Assessoria do Programa de Controle Médico da Saúde Ocupacional – PCMSO, conforme Norma Regulamentadora - NR 9, NR-7 e/ou outras vigentes, com base no risco que a atividade desenvolvida possa provocar à saúde dos seus empregados e incorporar à suas respectivas remunerações o valor do adicional de insalubridade e/ou periculosidade, em seus devidos graus, quando for o caso;

5.9.1.1. Caso seja determinada a incorporação do adicional de insalubridade, periculosidade e/ou fornecimento de algum equipamento de EPI, EPC e outros, os valores serão incorporados no contrato, por meio de aditivo.

5.9.2. É obrigação da Contratada, entregar ao LFDA/MG o LTCAT, PPRA e PCMSO no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, sendo que a licitante vencedora deverá:

5.9.2.1. Garantir a elaboração e a efetiva implementação do LTCAT, PPRA e PCMSO, zelando pela sua eficácia;

5.9.2.2. Custear, sem ônus para o empregado, todos os procedimentos relacionados ao LTCAT, PPRA e PCMSO;

5.9.2.3. Informar a Contratante os riscos decorrentes da execução do trabalho onde o serviço será prestado.

5.9.3. Importante frisar às empresas contratadas quanto ao cumprimento das cláusulas listadas abaixo, extraídas do Parecer 1196/2016/CJU-MG/CGU/AGU:

Nos termos do art. 195, caput da CLT, “a caracterização e a classificação da insalubridade e da periculosidade, segundo as normas do Ministério do Trabalho, far-se-ão através de perícia a cargo de Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho, registrados no Ministério do Trabalho.

Conforme item I da Súmula 448 do TST, “Não basta a constatação da insalubridade por meio de laudo pericial para que o empregado tenha direito ao respectivo adicional, sendo necessária a classificação da atividade insalubre na relação oficial elaborada pelo Ministério do Trabalho”.

Segundo o item 15.4.1.1 da Norma Regulamentadora nº 15 (Atividades e Operações Insalubres), “cabe à autoridade regional competente em matéria de segurança e saúde do trabalhador” (e não ao responsável pela elaboração do laudo) “fixar adicional devido aos empregados expostos à insalubridade quando impraticável sua eliminação ou neutralização”.

## 5.10. UNIFORMES:

5.10.1. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.10.2. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

### Encarregado:

- 06 camisas de manga curta, malha PV, gola polo, com 2 botões, bolso e sem punho na manga (tecido 33% algodão e 67% poliéster);
- 1 (um) casaco, manga longa confeccionado em tecido de algodão ou similar, forrado, com elástico nos punhos, dois bolsos embutidos, fechamento com zíper (para clima frio);

### Copeiro:

- 6 (seis) camisas de manga curta, tecido microfibra, 100% algodão;
- 4 (quatro) calças, em microfibra, poliéster, algodão, corte clássico, zíper de metal inoxidável;
- 02 aventais;
- 02 (duas) toucas em tule com elástico e aba dupla em tecido, fácil de lavar e resistente, na cor preta;
- 1 (um) casaco, manga longa confeccionado em tecido de algodão ou similar, forrado, com elástico nos punhos, dois bolsos embutidos, fechamento com zíper (para clima frio);

### Servente Área Interno:

- 6 (seis) camisas de manga curta malha PV gola arredondada, (tecido 33% algodão e 67% poliéster);
- 5 (cinco) calças com elástico no cós, 2 (dois) bolsos dianteiros e 2 (dois) bolsos traseiros, em brim;
- 1 (um) casaco, manga longa confeccionado em tecido de algodão ou similar, forrado, com elástico nos punhos, dois bolsos embutidos, fechamento com zíper (para clima frio);
- 2 (dois) calçados, botina de segurança, solado bidensidade, elástico, proteção até o tornozelo, cor preta

### Servente Área Externo:

- 7 (sete) camisas de manga longa malha PV gola arredondada, (tecido 33% algodão e 67% poliéster);
- 6 (seis) calças com elástico no cós, 2 (dois) bolsos dianteiros e 2 (dois) bolsos traseiros, em brim;
- 1 (um) casaco, manga longa confeccionado em tecido brim ou similar, dois bolsos embutidos, fechamento com zíper /botão;;
- 1 (um) casaco, manga longa confeccionado em tecido de algodão ou similar, forrado, com elástico nos punhos, dois bolsos embutidos, fechamento com zíper (para clima frio);
- 2 (dois) calçados, botina de segurança, solado bidensidade, elástico, proteção até o tornozelo, cor preta;

**Jardineiro:**

- 7 (sete) camisas de manga longa malha PV gola arredondada, (tecido 33% algodão e 67% poliéster);
- 6 (seis) calças com elástico no cós, 2 (dois) bolsos dianteiros e 2 (dois) bolsos traseiros, em brim;
- 1 (um) casaco, manga longa confeccionado em tecido brim ou similar, dois bolsos embutidos, fechamento com zíper /botão;
- 1 (um) casaco, manga longa confeccionado em tecido de algodão ou similar, forrado, com elástico nos punhos, dois bolsos embutidos, fechamento com zíper (para clima frio);
- 2 (dois) calçados, botina de segurança, solado bidensidade, elástico, proteção até o tornozelo, cor preta

5.10.2.3. Deverá ser entregue a cada funcionário 01 (um) crachá de identificação, contendo foto, nome completo, empresa Contratada, posto, em destaque e de fácil leitura, nome abreviado pelo qual poderá ser identificado o funcionário.

5.10.5. O fornecimento dos uniformes deverá ser efetivado da seguinte forma: 01 (um) conjunto completo ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído a cada 01 (um) ano, ou a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação; com exceção do casaco (clima frio) que deverá ser substituído a cada 02 (dois) anos, ou a qualquer época, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação.

5.10.5.1. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

5.10.5.2. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

5.10.5.3. Os Uniformes completos deverão ser fornecidos pela empresa Contratada aos funcionários na presença do Fiscal do Contrato ou de outrem designado por este, na seguinte periodicidade: No início da execução do contrato ou Prorrogação, em até 30(trinta) dias corridos, contatos a partir da data de assinatura do contrato ou termo aditivo; No prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, a Contratada deverá submeter à provocação da Fiscalização, modelo dos uniformes completos, masculino e feminino, a serem fornecidos aos funcionários.

**5.11. Procedimentos de transição e finalização do contrato:**

5.11.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto

**5.12. Garantia:**

5.12.1. O seguro garantia deverá cumprir o estabelecido IN 05/2017.

5.12.2. A garantia apresentada deverá apresentar cobertura das obrigações trabalhistas e previdenciárias, independentemente de trânsito em julgado de sentença condenatória.

**5.13. A planilha de Custo**

5.13.1. A planilha de Custo está disponível através do link:

[https://agromapa-my.sharepoint.com/:x/g/personal/thamirys\\_barbara\\_agricultura\\_gov\\_br/EfFc5zGzuD5BkYlivuFWKtcBJshZd05O3CqcRYPZYrAAA?e=pJ9D4b](https://agromapa-my.sharepoint.com/:x/g/personal/thamirys_barbara_agricultura_gov_br/EfFc5zGzuD5BkYlivuFWKtcBJshZd05O3CqcRYPZYrAAA?e=pJ9D4b)

**6. Modelo de gestão do contrato****6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Preposto:**

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O preposto deverá apresentar-se na sede do LFDA/MG, visitando todos os setores onde estão alocados os colaboradores da contratada, mensalmente (durante o horário de funcionamento do órgão). A Contratada e a Contratante poderão solicitar outra data para visita, mediante agendamento com no mínimo 24 horas de antecedência, apresentando ao Fiscal do Contrato, relatório do comparecimento.

6.7.1. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.7.2. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

#### **Rotinas de Fiscalização:**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### **Fiscalização Técnica:**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII);

6.16. A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo IX do Edital para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

6.17. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

6.18. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.19. O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

6.20. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.21. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

6.22. É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.

6.23. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

6.24. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei n. 14.133/2021. (IN05/17 - art. 62).

6.25. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso. (art. 47, §2º, IN05/2017).

6.26. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.27. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.28. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

### **Fiscalização Administrativa**

6.30. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23. I e II. do Decreto nº 11.246. de 2022).

6.31. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246. de 2022. art. 23. IV).

6.32. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.33. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.33.1 No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.33.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.33.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.33.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.33.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.33.1.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):

6.33.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.33.1.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

6.33.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.33.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.33.1.3. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.33.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;

6.33.1.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.33.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.33.1.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

6.33.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

6.33.1.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

6.33.1.5. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.33.1.6. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.33.1.7. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

6.33.1.8. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.33.2 Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.33.1.1 acima deverão ser apresentados.

- 6.33.3 A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.33.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.
- 6.33.4 A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.
- 6.33.5 O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.
- 6.33.6 Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.
- 6.33.7 Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.
- 6.33.8 No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.
- 6.33.9 Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.
- 6.33.10 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).
- 6.33.11 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.
- 6.33.12 O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 6.33.13 A Administração contratante poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.
- 6.33.14 Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 6.33.15 Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 6.33.16 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.
- 6.33.17 Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da Contratada.
- 6.33.18 O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.
- 6.33.19 A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 6.33.20 A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.33.21 A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges /Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.33.22 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

### **Gestor do Contrato**

6.34. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.35. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.36. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e dopagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.37. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.38. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.39. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.40. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. Critérios de medição e pagamento**

### **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:**

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo IX do Edital para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.1 não produzir os resultados acordados,

7.2.2 deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3 Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.



7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. As Notas Fiscais, acompanhadas da documentação pertinente, emitidas em arquivo eletrônico para pagamento deverão ser enviadas para o e-mail do LFDA/MG [pagamentos.lfdamg@agro.gov.br](mailto:pagamentos.lfdamg@agro.gov.br) ou noutro e-mail informado pela Administração; e caso solicitado, deverá ser enviado os arquivos em vias físicas.

#### **Do recebimento:**

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.6. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

7.10.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.10.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.12. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.13. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#)).

7.14. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.17. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.17.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.17.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.17.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.17.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.17.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### Liquidação

7.21. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, 32º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.22. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#)

7.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.23.1 o prazo de validade;

7.23.2 a data da emissão;

7.23.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

7.23.4 o período respectivo de execução do contrato;

7.23.5 o valor a pagar; e

7.23.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.25. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.26. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.27. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.29. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento:**

7.31. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.32. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCAde correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

7.33. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.35.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.36. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Cessão de Crédito:**

7.37. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.38. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.39. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.40. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JI-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.41. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

7.42. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

#### **Conta-Depósito Vinculada:**

7.43. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

7.44. Os custos estimados das tarifas bancárias, caso houver, são de responsabilidade do contratado, podendo ser contemplados na proposta da licitante e devendo ser debitados dos valores depositados.

7.45. O futuro contratado deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.46. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.47. O contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MPn. 05/2017.

7.48. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

7.48.1. 13º (décimo terceiro) salário;

7.48.2. Férias e um terço constitucional de férias;

7.48.3. Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

7.48.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.48.5. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.49. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.50. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

7.51. O contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.52. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência

da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.53. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.54. O contratado deverá apresentar ao contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.55. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017

## 8. Critérios de seleção do fornecedor

### 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

#### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

Regime de Execução:

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço global.

Exigências de habilitação:

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os requisitos indicados no Edital.

#### Habilitação jurídica:

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira:**

8.20. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação [\(art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021\)](#), ou de sociedade simples;

8.21. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.22. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.23. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.23.1. capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação;

8.23.2. patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

8.23.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

8.23.4. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.23.5. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.24. Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo VII deste termo de referência de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e /ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos:

8.24.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

8.24.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

8.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### **Qualificação Técnica:**

8.27. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.27.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

#### **Qualificação Técnico-Operacional:**

8.28. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.29. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.29.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 03 (três) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos;

8.29.2. Comprovação que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;

8.30. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

8.31. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.32. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

8.33. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.34. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

8.35. A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.426.012,80

### 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.426.012,80 conforme custos unitários apostos na Planilha de Custo Elaborada pelo órgão.

## 10. Adequação orçamentária

### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade: 130007

Fonte: 10000

Programa de Trabalho: 169059

Elemento de Despesa: 33.90.37

PI: FUNLABB

UASG: 130058

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ILTON DOS REIS PEREIRA**

Responsável pela contratação direta



Assinou eletronicamente em 11/07/2024 às 15:34:01.



**MIKAEL ARRAIS HODON**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 15/07/2024 às 10:20:20.*



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

**MINUTA DE CONTRATO**

**ANEXO II – MODELO DE TERMO DE CONTRATO**

**CONTRATO Nº. XXX/2024**

**LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021**

**SERVIÇOS CONTÍNUOS COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – LICITAÇÃO**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../.....  
 QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR  
 INTERMÉDIO DO (A)  
 ..... E  
 .....**

A União, por intermédio do **LABORATÓRIO FEDERAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA– LFDA/MG**, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, inscrito no CNPJ sob nº 00.396.895/0062-47, com sede na Av. Rômulo Joviano, s/nº. no Bairro Olaria de Pedro Leopoldo/MG, CEP 33250-220, doravante denominado simplesmente Contratante, neste ato representado pela Senhora **FLAVIA DOS SANTOS COELHO**, Coordenadora nomeada pela Portaria nº 1.088 - DOU 16/08/2024, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 562, de 11/04/2018, publicada em 12/04/2018 e o(a)

....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 21181.000138/2024-83 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico n. 20/2024**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (ART. 92, I E II)**

1.1. O objeto do presente instrumento é a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação, incluindo o fornecimento de todo material e equipamentos necessários para atender às necessidades do LFDA/MG** prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Objeto da contratação.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

- 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2. **CLAUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do(a) ....., prorrogável por até 10 anos, , na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
  - b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
  - c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço
  - d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação
  - e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
- 2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## 3. **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (ART. 92, IV, VII E XVIII)**

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 4. **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## 5. **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (ART. 92, V)**

- 5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ ..... (.....), perfazendo o valor total de R\$ ..... ( ).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

## **6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (ART. 92, V E VI)**

6.1. O para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes, inclusive quanto à utilização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação ou do Pagamento pelo Fato Gerador, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – RE Pactuação DOS PREÇOS CONTRATADOS (ART. 92, V E X)**

7.1. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do contratado.

7.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

- a. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
- b. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta

7.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.3.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada

7.4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços. (art. 135, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021).

7.5. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias. (art. 135, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021).

7.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.7. Na repactuação, o contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade. (art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 14.133/2021).

7.8. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços,

acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.8.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.9. Quando a repactuação solicitada pelo contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento ..... (indicar o índice a ser adotado), com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I<sup>0</sup> = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.10. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.11. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.12. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.13. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.14. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.15. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.16. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.17. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.18. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.19. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao contratante ou ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

- 7.20. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.
- 7.21. O contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até ..... (*indicar o prazo*), contado da data do fornecimento, pelo contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados. (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6º)
- 7.22. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo contratante para a comprovação da variação dos custos.
- 7.23. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.
- 7.24. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.25. O contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.
- 7.26. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.
- 7.27. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV)**

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Não praticar atos de ingerência na administração do contratado, tais como (art. 48 da Lei n.º 14.133/2021):
- 8.9.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
- 8.9.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;
- 8.9.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do contratado;
- 8.9.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

- 8.9.5. demandar a funcionário do contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;
- 8.9.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.
- 8.10. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.11.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.
- 8.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 8.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 8.16. A contratante poderá avaliar os colaboradores para certificação da qualidade dos serviços conforme procedimentos internos do órgão.

## 9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([ART. 92, XIV, XVI E XVII](#))

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

- 9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.8. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));
- 9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));
- 9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;



- 9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.24. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.25. Garantir o acesso do contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 9.26. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.27. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 9.28. Disponibilizar ao contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 9.29. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 9.30. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;
- 9.31. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o contratado deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
- 9.32. Autorizar o contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- 9.33. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
- 9.34. Atender às solicitações do contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 9.35. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.36. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o contratado relatar ao contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.37. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a

ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

9.38. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.39. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.40. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

9.41. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

9.41.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;

9.41.2. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratado deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([ART. 92, XII](#))

11.1. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total/anual do contrato, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados da contratada que venham a participar da execução dos serviços contratados.

11.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.8 deste contrato.

11.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

11.6.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao contratado; e

11.6.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

11.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 11.9, observada a legislação que rege a matéria.

11.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

11.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

11.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá

constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

11.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

11.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n° 662, de 11 de abril de 2022.

11.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

11.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.16. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que o contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

11.17. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

11.18. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

11.19. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao contratado.

11.20. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

11.21. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

## 12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;

- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**iv) Multa:**

- (1) moratória de 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;
- (2) Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b. as peculiaridades do caso concreto;
- c. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d. os danos que dela provierem para o Contratante;



- e. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

12.12.12.12.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([ART. 92, XIX](#))**

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação;

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.3.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.4.3. Indenizações e multas.
- 13.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).
- 13.6. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis [\[A1\]](#).
- 13.7. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.
- 13.8. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.
- 13.9. Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:
- 13.9.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, b, da Lei n.º 14.133/2021);
- 13.9.2. e os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 13.10. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado (art. 121, §3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).
- 13.11. O contratante poderá ainda:
- 13.11.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, "c", da Lei n.º 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria; e
- 13.11.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato;
- 13.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

- 14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada

necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#)

#### 15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VIII)**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade:

II. Fonte de Recursos:

III. Programa de Trabalho:

IV. Elemento de Despesa:

V. Plano Interno:

VI. Nota de Empenho:

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### 16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos

#### 17. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.12.](#)

#### 18. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (ART. 92, §1º)**

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Belo Horizonte/MG, Seção Judiciária de Belo Horizonte para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente contrato assinado eletronicamente pelas partes, juntamente com as testemunhas abaixo indicadas.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:



Atualização: maio/2023

Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico - Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra - Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

---



Documento assinado eletronicamente por **VANESSA KALLINE DE ARRUDA SANTOS FONSECA, Chefe de Setor**, em 15/07/2024, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:

[https://sei.agro.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **36348869**

e o código CRC **0E7FFCE4**.

---

Referência: Processo nº 21181.000138/2024-83

SEI nº 36348869



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA  
NUCLEO DE LICITAÇÕES

### ANEXOS III AO IV

#### ANEXO III – AUTORIZAÇÃO COMPLEMENTAR AO CONTRATO N° XXXX

\_\_\_\_\_ (identificação do licitante), inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o Sr. \_\_\_\_\_ (nome do representante) AUTORIZA o(a) **(Nome do Órgão ou Entidade promotora da licitação)**, para os fins do Anexo VII-B da Instrução Normativa nº 05, de 26/05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e dos dispositivos correspondentes do **Edital do Pregão n. 20/2024**:

- 1) que sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores alocados a qualquer tempo na execução do contrato acima mencionado os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas, previdenciárias e fundiárias devidas, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da Contratada, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 2) que sejam provisionados valores para o pagamento dos trabalhadores alocados na execução do contrato e depositados em conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, e aberta em nome da empresa (**indicar o nome da empresa**) junto a instituição bancária oficial, cuja movimentação dependerá de autorização prévia da(o) **(Nome do Órgão ou Entidade promotora da licitação)**, que também terá permanente autorização para acessar e conhecer os respectivos saldos e extratos, independentemente de qualquer intervenção da titular da conta.
- 3) que a Contratante utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a Contratada não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual. .... de 20....

\_\_\_\_\_  
(assinatura do representante legal do licitante)

#### ANEXO IV - TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E A UNIÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho Dr. Fábio Leal Cardoso, e a UNIÃO, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antonio da Silva Machado, pela Sub-Procuradora Regional da União - 1ª Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;

CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;

CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu art. 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;

CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei n. 5.764, de 16.12.1971, art. 4º, "(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados".

CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços a não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (art. 86, da Lei n. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão-de-obra terceirizada;

CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do merchandage é vedada pelo art. 3º, da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);

CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão-de-obra, que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO embora laborem em situação fática idêntica a dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonogada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higidez do trabalho subordinado, o que

afronta o princípio da isonomia, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput e 1º, III e IV da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão-de-obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos do art. 3º, da CLT na atividade de intermediação de mão-de-obra patrocinada por falsas cooperativas;

CONSIDERANDO o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas nos sentido de: “8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento das lei do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçados, e combater pseudocooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas.”.

RESOLVEM celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:

Cláusula Primeira - A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão-de-obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

- a) – Serviços de limpeza;
- b) – Serviços de conservação;
- c) – Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;
- d) – Serviços de recepção;
- e) – Serviços de copeiragem;
- f) – Serviços de reprografia;
- g) – Serviços de telefonia;
- h) – Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;
- i) – Serviços de secretariado e secretariado executivo;
- j) – Serviços de auxiliar de escritório;
- k) – Serviços de auxiliar administrativo;
- l) – Serviços de office boy (contínuo);
- m) – Serviços de digitação;
- n) – Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;
- o) – Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;
- p) – Serviços de ascensorista;
- q) – Serviços de enfermagem; e
- r) – Serviços de agentes comunitários de saúde

Parágrafo Primeiro – O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.

Parágrafo Segundo – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no caput.

Cláusula Segunda - Considera-se cooperativa de mão-de-obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados.

Cláusula Terceira - A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;

Parágrafo Primeiro - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão-de-obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.

Parágrafo Segundo – Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.

Parágrafo Terceiro - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.

#### DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO

Cláusula Quarta – A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Parágrafo Primeiro – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais.

Parágrafo Segundo – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.

#### DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA

Cláusula Quinta – A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência. DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE

Cláusula Sexta – As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juízo da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.

Cláusula Sétima - Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.

Parágrafo único – Os contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.

Cláusula Oitava -A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus. Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terá eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.

Brasília, 05 de junho de 2003.

GUILHERME MASTRICHI BASSO GUIOMAR RECHIA GOMES Procurador-Geral do Trabalho Vice-Procuradora-Geral do Trabalho

BRASILINO SANTOS RAMOS FÁBIO LEAL CARDOSO Procurador-Chefe/PRT 10ª Região Procurador do Trabalho

MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO Procurador-Geral da União

HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO MÁRIOLUIZ GUERREIRO Sub-Procuradora Regional da União-1ª Região Advogado da União

Testemunhas:

GRIJALBO FERNANDES COUTINHO Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA

PAULO SÉRGIO DOMINGUES Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE

REGINA BUTRUS Presidente da Associação Nacional dos Procuradores

\*Termo de Conciliação Judicial celebrado entre a União e o Ministério Público do Trabalho, nos autos do processo nº 1082/02, da 20ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, homologado em 05 de junho de 2003

## ANEXO V - MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

### ANEXO VII-D

#### MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº do Processo:
Licitação Nº: ___/___

Dia \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ às \_\_\_:\_\_\_ horas

#### DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano):	
---	---	--

B	Município/UF:	
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	
S	Número de meses de execução contratual:	

### IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (Em função da unidade de medida).

**Nota 1:** Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

**Nota 2:** As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

#### 1. MÓDULOS

Mão de obra Mão de obra vinculada à execução contratual

Dados para composição dos custos referentes a mão de obra	
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)
3	Salário Normativo da Categoria Profissional
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)

**Nota 1:** Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

**Nota 2:** A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.

**Módulo 1 - Composição da Remuneração (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

I	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário-Base	
B	Adicional de Periculosidade	
C	Adicional de Insalubridade	
D	Adicional Noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
F	Outros (especificar)	
Total		

**Nota 1:** O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.

#### Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

##### Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	
B	Férias e Adicional de Férias	
Total		

**Nota 1:** Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

**Nota 2:** O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

**Nota 3:** Levando em consideração a vigência contratual prevista no [Capítulo V da Duração dos Contratos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

##### Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	
B	Salário Educação	2,50%	
C	SAT		
D	SESC ou SESI	1,50%	
E	SENAI - SENAC	1,00%	
F	SEBRAE	0,60%	
G	INCRA	0,20%	
H	FGTS	8,00%	
Total			

**Nota 1:** Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

**Nota 2:** O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.

**Nota 3:** Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

#### Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	
C	Assistência Médica e Familiar	
D	Outros (especificar)	
Total		

**Nota 1:** O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

**Nota 2:** Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º desta Instrução Normativa.

#### Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1.	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	
Total		

#### Módulo 3 - Provisão para Rescisão (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

3	GPS, FGTS e outras contribuições	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	
D	Aviso Prévio Trabalhado	
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	
Total		

#### Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

**Nota 1:** Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

#### Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

4	Substituto nas Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	

C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	
Total		

**Submódulo 4.2 - Substituto na Intraornada (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

<b>4.2</b>	<b>Substituto na Intraornada</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação	
Total		

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

<b>4</b>	<b>Substituto na Intraornada</b>	<b>Valor (R\$)</b>
4.1	Substituto nas Ausências Legais	
4.2	Substituto na Intraornada	
Total		

**Módulo 5 - Insumos Diversos**

<b>5</b>	<b>Substituto na Intraornada</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Uniformes	
B	Substituto na Intraornada	
C	Equipamentos	
D	Outros (especificar)	
Total		

Nota: Valores mensais por empregado.

**Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro**

<b>6</b>	<b>Custos Indiretos, Tributos e Lucro</b>	<b>Percentual (%)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Custos Indiretos		
B	Lucro		
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (especificar)		
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		
Total			

**Nota 1:** Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

**Nota 2:** O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

**2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO**

	<b>Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	
<b>Subtotal (A + B +C+ D+E)</b>		
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	
<b>Valor Total por Empregado</b>		

**3. QUADRO-RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS**

Tipo de Serviço	Valor Proposto por Empregado	Quant. de Empregados por Posto	Valor Proposto por Posto (D) = (B x C)	Qtde. de Postos (E)	Valor Total do Serviço (F) = (D x E)
-----------------	------------------------------	--------------------------------	--	---------------------	--------------------------------------

I	Serviço 1 (indicar)	R\$		R\$		R\$
II	Serviço 2 (indicar)	R\$		R\$		R\$
N	Serviço N (indicar)	R\$		R\$		R\$
Valor Mensal dos Serviços (I + II + N)						

#### 4. QUADRO DEMONSTRATIVO DO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA		
	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
A	Valor proposto por unidade de medida *	
B	Valor mensal do serviço	
C	Valor global da proposta (Valor mensal do serviço multiplicado pelo número de meses do contrato).	

Nota: Informar o valor da unidade de medida por tipo de serviço

### ANEXO VI – TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE, ENTRE SI, CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO LFDA/MG E A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA \_\_\_\_\_, VISANDO A OPERACIONALIZAÇÃO DA RETENÇÃO DE PROVISÕES DE ENCARGOS TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E OUTROS A SEREM PAGOS, NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 05/2017, E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

A União, por intermédio do **LFDA/MG**, com sede na Av. Rômulo Joviano, s/nº, bairro Olaria, na cidade de Pedro Leopoldo, CNPJ 00.396.895/0062-47, doravante denominado **LFDA/MG**, neste ato representado pela Senhora **FLÁVIA DOS SANTOS COELHO**, Coordenadora nomeada pela Portaria nº 1.088 - DOU 16/08/2024, e, de outro lado, o **BANCO XXXXXXXXX**, sociedade de economia mista, inscrito no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXX, com sede em XXXXXXX, daqui por diante denominado **BANCO**, neste ato representado por sua Gerente Geral, Sra. XXXXXXXXXXXXXXX, , têm justo e acordado celebrar o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA** para o estabelecimento de critérios e procedimentos para abertura automatizada de contas bancárias específicas destinadas a abrigar os recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços de contratos firmados pelo LFDA/MG, mediante as condições previstas nas seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Para efeito deste Termo de Cooperação Técnica entende-se por:

1. CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.
2. Prestador de Serviços - pessoa física ou jurídica que possui Contrato firmado com a ADMINISTRAÇÃO.
3. Rubricas - itens que compõem a planilha de custos e de formação de preços de contratos firmados pela ADMINISTRAÇÃO.
4. Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação - cadastro em nome do Prestador dos Serviços de cada contrato firmado pela ADMINISTRAÇÃO, a ser utilizada exclusivamente para crédito das rubricas retidas.
5. Usuário(s) - servidor(es) da ADMINISTRAÇÃO e por ela formalmente indicado(s), com conhecimento das chaves e senhas para acesso aos aplicativos instalados nos sistemas de autoatendimento da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.
6. Partícipes - referência ao órgão da Administração Pública Federal e à Instituição Financeira.

#### CLÁUSULA SEGUNDA DO OBJETO

O presente instrumento tem por objetivo regulamentar o estabelecimento, pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, dos critérios para abertura de contas-depósitos específicas destinadas a abrigar os recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços dos contratos firmados pela ADMINISTRAÇÃO, bem como viabilizar o acesso da ADMINISTRAÇÃO aos saldos e extratos das contas abertas.

1. Para cada Contrato será aberta uma Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação em nome do Prestador de Serviços do Contrato.
2. A conta será exclusivamente aberta para recebimento de depósitos dos recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e de formação de preços dos contratos firmados pela ADMINISTRAÇÃO, pagos ao Prestador de Serviços dos Contratos e será denominada Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação.
3. A movimentação dos recursos na Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação será providenciada exclusivamente à ordem da ADMINISTRAÇÃO.

#### CLÁUSULA TERCEIRA DO FLUXO OPERACIONAL



O cadastramento, captação e movimentação dos recursos dar-se-ão conforme o fluxo operacional a seguir:

1. A ADMINISTRAÇÃO firma o Contrato com o Prestador dos Serviços.
  2. A ADMINISTRAÇÃO envia à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA arquivo em meio magnético, em modelo específico previamente acordado entre a ADMINISTRAÇÃO e a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, para abertura de Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação - em nome do Prestador de Serviços que tiver contrato firmado ou envia Ofício à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, solicitando a abertura de Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação em nome do Prestador de Serviços.
  3. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA recebe arquivo transmitido pela ADMINISTRAÇÃO e abre Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação, em nome do Prestador dos Serviços para todos os registros dos arquivos válidos, nas agências da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA no território nacional ou a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA recebe Ofício da ADMINISTRAÇÃO e, após a entrega, pelo Prestador de Serviços, dos documentos necessários, procede à abertura da Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação em nome do Prestador de Serviços.
  4. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA envia à ADMINISTRAÇÃO arquivo retorno em modelo específico previamente acordado entre os Partícipes, contendo o cadastramento da Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação aberta em nome do Prestador dos Serviços, bem como as eventuais rejeições, indicando seus motivos ou envia Ofício à ADMINISTRAÇÃO, contendo o número da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação em nome do Prestador de Serviços.
  5. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA recebe o ofício da ADMINISTRAÇÃO e efetua cadastro no seu sistema eletrônico.
  6. A ADMINISTRAÇÃO credita mensalmente recursos retidos da planilha de custos e de formação de preços do contrato firmado pela ADMINISTRAÇÃO na Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação, mantida exclusivamente nas agências da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, mediante emissão de Ordem Bancária, na forma estabelecida pela ADMINISTRAÇÃO e pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.
  7. A ADMINISTRAÇÃO solicita à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA a movimentação dos recursos, na forma do Anexo IV do presente Instrumento.
  8. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA acata solicitação de movimentação financeira na Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação efetuada pela ADMINISTRAÇÃO, confirmando, por meio de Ofício, nos moldes indicados no Anexo V deste Instrumento, caso a movimentação não tenha sido efetuada pela Administração via meio eletrônico.
  9. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA disponibiliza à ADMINISTRAÇÃO aplicativo, via internet, para consulta de saldos e extratos e para movimentação, se for o caso, da Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação, após autorização expressa da ADMINISTRAÇÃO, para recebimento de chave e senhas de acesso a sistema eletrônico.
- 9.1. O fluxo operacional se dará nos seguintes termos:
- 9.1.1. O acesso da ADMINISTRAÇÃO às contas-depósitos vinculadas – bloqueadas para movimentação fica condicionado à expressa autorização, formalizada em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do Anexo VI deste Instrumento, pelos Proponentes, titulares das contas, quando do processo de entrega da documentação junto à agência da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA;
  - 9.1.2. Os recursos depositados nas contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação serão remunerados conforme índice de correção da poupança pro rata die; e
  - 9.1.3. Eventual alteração da forma de correção da poupança prevista no subitem 9.1.2 deste Instrumento implicará a revisão deste Termo de Cooperação Técnica.

#### **CLÁUSULA QUARTA DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES**

À ADMINISTRAÇÃO compete:

1. Assinar o Termo de Adesão ao Regulamento da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, onde está estabelecido o vínculo jurídico com a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, para amparar a utilização de qualquer aplicativo;
2. Designar, por meio de Ofício, conforme Anexo VII do presente Instrumento, até, no máximo, 4 (quatro) servidores para os quais a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA disponibilizará chaves e senhas de acesso ao autoatendimento à Administração, com poderes somente para consultas aos saldos e aos extratos das contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação;
3. Remeter à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA arquivos em modelo específico, acordado entre os Partícipes, solicitando o cadastramento das contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação ou remeter à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA Ofício, solicitando a abertura das contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação;
4. Remeter Ofícios à Agência da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, solicitando a movimentação de recursos das contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação ou movimentá-los por meio eletrônico;
5. Comunicar ao Prestador de Serviços, na forma do Anexo VIII do presente Instrumento, o cadastramento das contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação, orientando-os a comparecer à Agência da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, para providenciar a regularização, entrega de documentos e assinatura da autorização, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do Anexo VI deste instrumento, para que a ADMINISTRAÇÃO possa ter acesso aos saldos e aos extratos da Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação, bem como solicitar movimentações financeiras;
6. Prover os ajustes técnicos de tecnologia da informação para possibilitar o acesso aos sistemas de autoatendimento, por intermédio do qual será viabilizado o acesso aos saldos e aos extratos das contas-depósitos vinculadas-bloqueadas para movimentação;

7. Adequar-se a eventuais alterações nos serviços oferecidos pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA;
8. Instruir os usuários sobre forma de acesso às transações dos sistemas de autoatendimento da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA;
9. Manter rígido controle de segurança das senhas de acesso aos sistemas de autoatendimento da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA;
10. Assumir como de sua inteira responsabilidade os prejuízos que decorrerem do mau uso ou da quebra de sigilo das senhas dos servidores devidamente cadastrados nos sistemas de autoatendimento, conforme item 2 desta cláusula, cuidando de substituí-las, imediatamente, caso suspeite de que tenham se tornado de conhecimento de terceiros não autorizados;
11. Responsabilizar-se por prejuízos decorrentes de transações não concluídas em razão de falha de seu equipamento e/ou erros de processamento devido da inexistência de informação ou de fornecimento incompleto de informações;
12. Comunicar tempestivamente à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA qualquer anormalidade detectada que possa comprometer o perfeito funcionamento da conexão aos sistemas de autoatendimento, em especial, no que concerne à segurança das informações;
13. Permitir, a qualquer tempo, que técnicos da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA possam vistoriar o hardware e software utilizados para conexão aos sistemas de autoatendimento; e
14. Não divulgar quaisquer informações contidas nas transações efetuadas nos sistemas de autoatendimento colocados à sua disposição, de modo a manter o sigilo bancário, a privacidade em face de servidores, e outras pessoas integrantes da ADMINISTRAÇÃO que não sejam usuários, e as normas de segurança da informação da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

#### **CLÁUSULA QUINTA DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**

À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA compete:

1. Disponibilizar os sistemas de autoatendimento à ADMINISTRAÇÃO;
2. Gerar e fornecer até 4 (quatro) chaves e senhas iniciais de acesso, para utilização na primeira conexão aos sistemas de autoatendimento, oportunidade na qual as senhas serão obrigatoriamente substituídas pelos respectivos detentores das chaves, por outra de conhecimento exclusivo do usuário;
3. Informar à ADMINISTRAÇÃO quaisquer alterações nos serviços oferecidos pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, por intermédio dos sistemas de autoatendimento ou via Ofício;
4. Prestar o apoio técnico que se fizer necessário à manutenção do serviço, objeto deste Instrumento, e ao cadastramento de contas-depósitos vinculadas — bloqueadas para movimentação;
5. Gerar e encaminhar, via sistema de autoatendimento, os arquivos retorno do resultado do cadastramento das contas-depósitos vinculadas-bloqueadas para movimentação ou encaminhar Ofício, contendo o número da conta aberta em nome do Prestador dos Serviços;
6. Orientar sua rede de agências quanto aos procedimentos operacionais específicos objeto deste Instrumento; e
7. Informar à ADMINISTRAÇÃO os procedimentos adotados, em atenção aos Ofícios recebidos.

#### **CLÁUSULA SEXTA DOS RECURSOS FINANCEIROS E MATERIAIS**

Este Termo de Cooperação Técnica não implica desembolso, a qualquer título, presente ou futuro, sendo vedada a transferência de recursos financeiros entre os Partícipes.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA DA VIGÊNCIA \* Observar a Orientação Normativa/AGU nº 44, de 26 de fevereiro de 2014.**

O presente Termo de Cooperação Técnica poderá ter sua vigência limitada a até 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua assinatura.

#### **CLÁUSULA OITAVA DA PUBLICAÇÃO**

A publicação de extrato do presente Instrumento no Diário Oficial da União será providenciada pela ADMINISTRAÇÃO até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à data de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a partir daquela data

#### **CLÁUSULA NONA DAS ALTERAÇÕES**

Sempre que necessário, as cláusulas deste Termo de Cooperação Técnica, à exceção da que trata do objeto, poderão ser aditadas, modificadas ou suprimidas, mediante Termo Aditivo, celebrado entre os Partícipes, passando esses termos a fazer parte integrante deste Instrumento como um todo, único e indivisível.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA DA RESCISÃO**

Este Termo de Cooperação Técnica poderá ser denunciado por qualquer dos Partícipes em razão do descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele pactuadas, bem assim pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexequível ou, ainda, por ato unilateral, mediante comunicação prévia da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ficando os Partícipes responsáveis pelas obrigações anteriormente assumidas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO**

Os casos omissos e/ou situações contraditórias deste Termo de Cooperação Técnica deverão ser resolvidos mediante conciliação entre os Partícipes, com prévia comunicação por escrito da ocorrência, consignando prazo para resposta, e todos aqueles que não puderem ser resolvidos dessa forma serão dirimidos pela Justiça Federal, na Seção Judiciária de\_\_\_\_\_.

E por estarem justos e de acordo, os Partícipes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas que também o subscrevem, para que produza os legítimos efeitos de direito.

\_\_\_\_\_  
(Local e data)

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante do LFDA/MG

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA Testemunhas

### ANEXO VI - A - DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº \_\_\_/\_\_\_

Ofício nº \_\_\_/\_\_\_ – LFDA/MG

\_\_\_\_\_, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

A Sua Senhoria o(a) Senhor(a)

(nome)

(cargo/Gerente)

(Endereço com CEP)

Senhor(a) Gerente,

Reporto-me ao Termo de Cooperação Técnica nº \_\_\_/\_\_\_, firmado com essa Instituição, para solicitar que, excepcionalmente, promova o cadastramento de contadepósito vinculada – bloqueada para movimentação –, em nome do Prestador de Serviços a seguir indicado, destinada a receber recursos retidos de rubricas constantes na planilha de custos e formação de preços do Contrato nº \_\_\_/\_\_\_, firmado por este LFDA/MG:

CNPJ: \_\_\_\_\_

Razão Social: \_\_\_\_\_

Nome Personalizado: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Representante Legal: \_\_\_\_\_

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Ordenador de Despesas do LFDA/MG ou do servidor previamente designado pelo ordenador

### ANEXO VI - B - DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº \_\_\_/\_\_\_

INSTITUIÇÃO  
FINANCEIRA (LOGOTIPO)

\_\_\_\_\_, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

Senhor (a) \_\_\_\_\_,

Em atenção ao Ofício \_\_\_\_\_ informamos que o representante legal da empresa \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, deverá comparecer à agência \_\_\_\_\_ para assinar o contrato da abertura de ContaDepósito Vinculada — bloqueada para movimentação, destinada a receber créditos ao amparo na IN nº \_\_\_ de \_\_\_ de de \_\_\_, a título de provisão para encargos trabalhistas do Contrato nº \_\_\_\_\_.

Ratifico que, conforme previsto no Termo de Cooperação Técnica nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ firmado com a Instituição Financeira, qualquer tipo de movimentação financeira somente ocorrerá mediante solicitação do LFDA/MG.

\_\_\_\_\_  
Gerente

Ao Senhor

Nome e cargo do representante do LFDA/MG

Endereço

### ANEXO VI - C - DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

INSTITUIÇÃO  
FINANCEIRA (LOGOTIPO)

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

Senhor (a) \_\_\_\_\_,

Informamos abaixo os dados para abertura de Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação à empresa \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, na Agência \_\_\_\_\_, da Instituição Financeira \_\_\_\_\_, prefixo \_\_\_\_\_, destinada a receber os créditos ao amparo da IN nº \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão:

Agência: \_\_\_\_\_ Conveniente Subordinante: Administração Pública Federal Cidade/Município: \_\_\_\_\_ Comunico que essa Administração Pública poderá realizar os créditos após pré- cadastramento no portal da Instituição Financeira, sítio \_\_\_\_\_.

Ratifico que a conta somente será aberta após o acolhimento do primeiro depósito e, conforme Termo de Cooperação Técnica nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, qualquer tipo de movimentação financeira ocorrerá mediante solicitação do LFDA/MG.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
Gerente

### ANEXO VI - D – DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

Ofício nº \_\_\_\_/20\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

A(o) Senhor(a) Gerente (nome do gerente) (endereço da agência com CEP) Senhor Gerente, Solicito DEBITAR, conforme indicado a seguir, a movimentação de R\$ \_\_\_\_\_ da conta nº \_\_\_\_\_ da agência nº \_\_\_\_\_ de titularidade de \_\_\_\_\_, (nome do proponente)

Inscrito no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, firmado por este LFDA/MG, e CREDITAR na seguinte Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação:

Instituição Financeira	Agência	Conta	CNPJ

Atenciosamente,

Assinatura do Ordenador de Despesas do LFDA/MG ou do servidor previamente designado pelo ordenador

**ANEXO VI - E - DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº \_\_\_/\_\_\_**

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (LOGOTIPO)
--------------------------------------

Ofício/Carta nº \_\_\_\_\_ (número sequencial)

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024

Senhor \_\_\_\_\_,

(nome do representante do LFDA/MG)

Em atenção ao seu Ofício nº \_\_\_\_\_/20\_\_\_\_ - \_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/20\_\_\_\_, informo a efetivação de DÉBITO na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - de nº \_\_\_\_\_, da agência nº \_\_\_\_\_, da Instituição Financeira, e CRÉDITO na seguinte Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação:

CREDITAR			
Instituição Financeira	Agência	Conta	CNPJ

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
(nome do Gerente)

Nº da Agência da Instituição Financeira

**ANEXO VI - F - DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº \_\_\_/\_\_\_****A U T O R I Z A Ç Ã O**

À Agência \_\_\_\_\_ da Instituição Financeira \_\_\_\_\_ (endereço da agência)

Senhor (a) Gerente,

Autorizo, em caráter irrevogável e irretratável, que o LFDA/MG solicite a essa agência bancária, na forma indicada por essa agência, qualquer tipo de movimentação financeira na Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação nº \_\_\_\_\_ - bloqueada para movimentação, de minha titularidade, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº \_\_\_/\_\_\_, firmado com o LFDA/MG, bem como tenha acesso irrestrito aos saldos da referida Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação, extratos e movimentações financeiras, inclusive de aplicações financeiras.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
(local e data)

Assinatura do titular da Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação

**ANEXO VI - G - DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº \_\_\_/\_\_\_**

Ofício nº \_\_\_\_\_/20\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

A(o) Senhor(a) Gerente

(nome do gerente)

(endereço da agência com CEP)

Senhor (a) Gerente,

Solicito providenciar a geração de chaves e senhas iniciais de acesso aos aplicativos dos sistemas de autoatendimento dessa Instituição Financeira para os servidores a seguir indicados:

CPF	Nome	Documento/Poderes

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Ordenador de Despesas do LFDA/MG ou do servidor previamente designado pelo ordenador

### ANEXO VI - H - DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº \_\_\_/\_\_\_\_

Ofício nº \_\_\_\_\_/20\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

A(o) Senhor(a)

(nome do Proprietário da empresa Contratada pelo LFDA/MG)

(endereço da empresa com CEP)

Senhor Sócio-Proprietário,

1. Informo que solicitei a abertura da conta-depósito vinculada-bloqueada para movimentação, pertencente ao CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, na Agência nº \_\_\_\_\_, da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA \_\_\_\_\_, em seu nome, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº \_\_\_/\_\_\_\_, firmado entre essa empresa e este LFDA/MG

2. Na oportunidade, solicito comparecer, em no máximo 20 (vinte) dias corridos, a contar do recebimento deste Ofício, à referida agência para fornecer a documentação indicada no ato convocatório de licitação, de acordo com as normas do Banco Central, bem como assinar os documentos indicados pela Instituição Financeira e autorizar, em caráter irrevogável e irretratável, o acesso irrestrito deste LFDA/MG aos saldos da referida conta-depósito, aos extratos e a movimentações financeiras, inclusive de aplicações financeiras e solicitar quaisquer movimentações financeiras da referida Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação.

3. Informo que o descumprimento do prazo indicado no parágrafo anterior poderá ensejar aplicação das sanções previstas na Cláusula \_\_\_\_\_ do mencionado contrato.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Ordenador de Despesas do LFDA/MG ou do servidor previamente designado pelo ordenador

### ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaro que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ (MF) no \_\_\_\_\_, inscrição estadual no \_\_\_\_\_, estabelecida em \_\_\_\_\_, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública:

Nome do órgão/Empresa	Vigência do Contrato	Valor total do Contrato*


Valor total dos Contratos R\$ \_\_\_\_\_

Local e data \_\_\_\_\_

Assinatura e carimbo do emissor \_\_\_\_\_

Observação: Nota 1: Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.

Nota 2: \*Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.

## ANEXO VIII – MODELO DE AUTORIZAÇÃO DE DESTAQUES NO PAGAMENTO MENSAL E DE RETENÇÃO E UTILIZAÇÃO DA GARANTIA

CONTRATO N° XX/2024

\_\_\_\_\_ (identificação do licitante), inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o Sr. \_\_\_\_\_ (nome do representante), AUTORIZA conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MPDG n. 5/2017, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e dos dispositivos correspondentes do Edital:

(X) que os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas devidos aos trabalhadores alocados na execução do contrato sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da Contratada, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis, conforme o estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MPDG n. 5/2017;

(X) que os valores provisionados para o pagamento de férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados na execução do contrato sejam destacados do valor mensal e depositados em conta-corrente vinculada, bloqueada para movimentação e aberta em nome da empresa junto a instituição bancária oficial, conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MPDG n. 5/2017;

(X) que os valores devidos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS sejam retidos na fatura e depositados diretamente nas respectivas contas vinculadas dos trabalhadores alocados na execução do contrato, observada a legislação específica, e conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MPDG n. 5/2017;

(X) que a Contratante utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a Contratada não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

Município de \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(assinatura do representante legal do licitante)

## ANEXO IX – MODELO DE INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR ANEXO V-B DA IN SEGES/MPDG N.5/2017

EMPRESA CONTRATADA:	
PERÍODO DE AVALIAÇÃO: ____ / ____ / ____	
<u>Item</u>	<u>Descrição</u>
Finalidade	Medir o desempenho e garantir a execução das tarefas dos serviços de acordo com o estabelecido no Edital e seus anexos
Meta a cumprir	<p>Faixas de ajuste no pagamento – Indicadores 1 e 2:</p> <p>25 pontos, pagamento de 100% da fatura mensal</p> <p>23 pontos, pagamento de 99% da fatura mensal</p> <p>21 pontos, pagamento de 98% da fatura mensal</p> <p>Abaixo de 21 pontos, pagamento de 97% da fatura mensal</p> <p>Faixas de ajuste no pagamento – Indicador 3 e 4:</p>

	10 pontos, pagamento de 100% da fatura mensal 8 pontos, pagamento de 99% da fatura mensal 6 pontos, pagamento de 98% da fatura mensal Abaixo de 6 pontos, pagamento de 97% da fatura do mês de apuração
Instrumento de medição	Aplicação do Formulário do IMR
Forma de acompanhamento	Avaliação em loco.
Mecanismo de Cálculo	Apuração do cálculo da avaliação: Estado desejável = 5 pontos; Estado mal executado = 3 pontos; Estado crítico = 0 ponto.
Início de Vigência	Início da vigência do contrato.
Sanções	( ) Não houve sanção ( ) Reincidente - com mais de 3 registros de estado que não seja o desejável nos últimos 12 meses - multa de 5% sobre a fatura ( ) Processo de sanção nº:

INDICADOR Nº 01 – Qualidade da Prestação dos Serviços				
ATIVIDADES	ATIVIDADES			
	Periodicidade: Verificação Mensal			
	Estado Desejável	Estado mal executado	Estado Crítico	Pontuação
	5	3	0	
Eficiência na prestação dos serviços, mantendo nos postos profissionais qualificados, conforme exigido no Termo de Referência – Anexo I <b>Periodicidade: mensal</b> <b>Fórmula de Cálculo:</b> <b>Conferência diária dos postos.</b>	100% dos profissionais qualificados	Contratação de profissionais não qualificados.	Não manter os profissionais nos postos de trabalho.	
Observância das Normas Internas do LFDA/MG	Sem ocorrências	Apenas 1 ocorrência	A partir da 2ª ocorrência	
Eficiência na prestação dos serviços, cumprindo todas as exigências do Termo de Referência. <b>Periodicidade: mensal</b>	Até 2 ocorrências de descumprimento verificadas no mês. Obs: Este indicador não engloba os itens já descritos neste IMR.	Até 5 ocorrências de descumprimento verificadas no mês. Obs: Este indicador não engloba os itens já descritos neste IMR	Acima de 5 ocorrências de descumprimento verificadas no mês. Obs: Este indicador não engloba os itens já descritos neste IMR.	
<b>Total de pontuação obtida:</b>				
<b>Observações e medidas recomendadas:</b>				

INDICADOR Nº 02 – Obrigações Trabalhistas			
OBJETIVO	ATIVIDADES		
	Periodicidade: Verificação Mensal		
	Estado Desejável	Estado Crítico	Pontuação
	5	0	
Comprovação de atendimento de todas as obrigações trabalhistas	100% da conformidade para todos os funcionários	Abaixo de 100% da conformidade para	



previstas na Consolidação das Leis Trabalhistas		todos os funcionários.	
Cumprimento de todas as obrigações impostas em convenção coletiva ou acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho.	100% da conformidade para todos os funcionários	Abaixo de 100% da conformidade para todos os funcionários	
<b>Total de pontuação obtida:</b>			
<b>Observações e medidas recomendadas:</b>			

INDICADOR Nº 03 – Entrega de Uniformes				
OBJETIVO	ATIVIDADES			
	Periodicidade: <b>Verificação Por Entrega / Anual</b>			
	Estado Desejável	Estado mal executado	Estado Crítico	Pontuação
	5	3	0	
Entrega do quantitativo total de peças dos uniformes especificadas no Termo de Referência – Anexo I do Edital. Periodicidade: Verificação por Entrega Fórmula de Cálculo: Regra de 3 simples. Obs: Será utilizado para o cálculo, o nº total de peças para todos os funcionários.	Entrega de 100% do quantitativo dentro do prazo	De 99% a 91% da entrega do quantitativo, sendo contabilizado pelo nº de funcionários sem os uniformes completos)  $\frac{\text{Nº peças entregues}}{\text{Nº total de peças}} = x$ $\frac{\text{Nº total de peças}}{\text{Nº total de peças}} = 100\%$	Abaixo de 91% da entrega do quantitativo, sendo contabilizado pelo nº de funcionários sem os uniformes completos)  $\frac{\text{Nº peças entregues}}{\text{Nº total de peças}} = x$ $\frac{\text{Nº total de peças}}{\text{Nº total de peças}} = 100\%$	
<b>Total de pontuação obtida:</b>				
<b>Observações e medidas recomendadas:</b>				

INDICADOR Nº 04 – Pesquisa de Satisfação				
OBJETIVO	ATIVIDADES			
	Periodicidade: <b>Verificação Mensal</b>			
	Estado Desejável	Estado mal executado	Estado Crítico	Pontuação
	5	3	0	
Meta: Mínimo de 85% de satisfação.	De 85% a 100% de Satisfação	De 84% a 80% de Satisfação	Mínimo de 79% de Satisfação	
<b>Total de pontuação obtida:</b>				
<b>Observações e medidas recomendadas:</b>				

<b>Pontuação Total Obtida:</b>	
<b>Faixas de ajuste no pagamento – Indicadores 1 e 2 (mensal)</b>	20 pontos, pagamento de 100% da fatura mensal 18 pontos, pagamento de 99% da fatura mensal 16 pontos, pagamento de 98% da fatura mensal

	Abaixo de 16 pontos, pagamento de 97% da fatura mensal
<b>Pontuação Total Obtida:</b>	
<b>Faixas de ajuste no pagamento – Indicador 3 e 4 (anual)</b>	10 pontos, pagamento de 100% da fatura mensal 8 pontos, pagamento de 99% da fatura mensal 6 pontos, pagamento de 98% da fatura mensal Abaixo de 6 pontos, pagamento de 97% da fatura do mês de apuração

Obs<sup>1</sup>: A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

## ANEXO X – DECLARAÇÃO DE OPTANTE OU NÃO OPTANTE PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a) \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins deste Edital, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, conforme determinam as Leis Federais de nºs 8.212/1991, 12.546/2011, 12.844/2013 e 13.161/2015, que:

( ) A empresa não é optante pela desoneração da folha de pagamento e fará os recolhimentos referentes as contribuições previdenciárias, na alíquota de 20% (vinte por cento), sobre o total da remuneração paga aos segurados empregados, de acordo com a Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991.

( ) A empresa é optante pela desoneração da folha de pagamento e fará os recolhimentos referentes as contribuições previdenciárias, na alíquota de 4,5% (quatro e meio por cento), sobre o valor da receita bruta, de acordo com as Leis nº 12.546/2011 de 14 de dezembro de 2011, nº 12.844/20013 de 19 de julho de 2013 e nº 13.161/2015 de 31 de agosto de 2015.

Declaro ainda que não retrocederei e não voltarei a quantificar as contribuições previdenciárias, tendo em vista a natureza irrevogável da referida opção e caso empresa XXXXX (Razão Social da empresa) altere a forma de recolhimento da desoneração da folha, através desta declaração, fica registrado que faremos as devidas comunicações ao LFDA/MG.

XXXXXXXXXX, XX de XXXXXXXX de XXXX.

\_\_\_\_\_  
NOME (REPRESENTANTE LEGAL)

Observações:

Assinalar com um "X" a opção da empresa



Documento assinado eletronicamente por **VANESSA KALLINE DE ARRUDA SANTOS FONSECA, Chefe de Setor**, em 07/08/2024, às 13:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: [https://sei.agro.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **36890036** e o código CRC **76B98B56**.

# Estudo Técnico Preliminar 11/2024

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 21181.000138/2024-83

## 2. Descrição da necessidade

Considerando a necessidade de se garantir e resguardar a limpeza, higienização e a conservação do prédio, das instalações, dos bens móveis e a saúde das pessoas nas dependências do LFDA/MG, é indispensável a manutenção da contratação indireta dos serviços terceirizados de limpeza e conservação, sendo tais serviços essenciais para proporcionar um ambiente saudável e em condições de higiene necessária para o recebimento do público em geral, bem como para preservação do patrimônio público. A manutenção dos serviços de forma contínua dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com fornecimento de mão de obra e material, e ainda com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, pelas normas e pelas legislações aplicáveis, tem ainda como objetivo a manutenção das condições necessárias para que os servidores desempenhem suas funções neste órgão em um ambiente mantido em bom estado de conservação, asseio e higiene.

Este órgão não dispõe, em seu quadro de servidores, das categorias funcionais para realização dos serviços objeto da presente contratação. Desta forma, faz-se essencial a presente contratação, tendo em vista que são serviços essenciais para melhoria do ambiente de trabalho e que contribuem para o atingimento dos objetivos estratégicos do órgão, cumprindo assim sua missão institucional. Os serviços contratados não contemplam atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão, próprias dos cargos efetivos, não violando, portanto, a disposição contida no inciso IV do art. 3º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018. Além disso, existe expressa disposição legal autorizando a contratação dos serviços pretendidos no art. 7º da IN Seges/MPDG nº 5/2017.

A atual contratação terá sua vigência prorrogada somente até 16 de outubro de 2024, tempo hábil para finalização do presente processo, nos moldes da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05, DE 26 DE MAIO DE 2017. A nova contratação justifica-se pois uma fiscalização contratual realizada nos termos do disposto na Instrução Normativa supracitada permitirá uma avaliação mais eficaz dos resultados alcançados, podendo-se exigir que a futura contratada preste os serviços com mais eficiência em relação aos recursos humanos e materiais disponibilizados.

Ressalta-se que a presente contratação trata-se de serviço essencial, e sua interrupção pode comprometer a saúde de pessoas, a higienização e a manutenção das instalações físicas do LFDA/MG, além das atividades operacionais do prédio, implicando em sérios transtornos e comprometendo o funcionamento regular do órgão. Ante o exposto, não resta dúvidas que a interrupção do serviço de limpeza poderá prejudicar consideravelmente o funcionamento deste laboratório, que é responsável pela análise, fiscalização e perícia da segurança alimentar e saúde animal, em prol de toda a sociedade.

Com fulcro nos princípios da eficiência, economicidade e da operacionalidade é essencial que a presente contratação inclua o fornecimento de materiais, equipamentos e EPI's, conforme justificativas abaixo citadas:

- a) A constatação em contratações anteriores de que empresas do ramo concluem com muito maior facilidade e precisão a aquisição de insumos faz a administração decidir pela unificação do contrato, pois agiliza o processo e torna-se ponto importante na economicidade para a realização dos serviços;
- b) Não é lógico nem razoável que, por falta de insumos, ou demora em sua aquisição, ou mesmo por dificuldade em identificar e localizar o item a ser comprado, os serviços não sejam prestados a contento, ou simplesmente não sejam prestados, em consequência, acarretando prejuízos à higienização e conservação do patrimônio do LFDA/MG. Além disso, se a Contratante não fornece a tempo os materiais solicitados, não poderá exigir a plena realização dos serviços contratados;
- c) Mesmo que, somente por hipótese, a Administração pudesse realizar a compra do material, por preço mais reduzido que o da Contratada, deveriam ser considerados outros custos envolvidos, tais como salário e encargos dos serviços públicos que se ocupariam dessa atividade; da licitação; das publicações, de oportunidade, ou seja, realizando outras atividades mais prioritárias; de armazenagem, de transporte; de eventuais perdas, etc;
- d) Apesar de as licitações serem cuidadosamente planejadas, para que não haja falta de materiais (controle de estoque), mesmo assim poderiam ocorrer atrasos na entrega, bem como rejeição dos materiais por não atendimento às especificações do edital, que poderiam ocasionar falta dos materiais e consequente interrupção dos serviços de limpeza;

- e) O gerenciamento centralizado dos serviços de limpeza e materiais de higiene por uma única pessoa (no caso a Contratada pelos serviços) propicia melhor integração das atividades, com menor probabilidade de falta de materiais;
- f) A grande maioria das empresas prestadoras de serviço de limpeza fornece também os materiais necessários. Assim, não há diminuição da competitividade nem ofensa ao princípio da economicidade.
- g) Há que se esclarecer que, embora o fornecimento dos materiais esteja previsto, para que seja de responsabilidade da contratada, a sistemática pretendida implicará que os materiais sejam solicitados pela Administração e pagos pelo quantitativo efetivamente entregues durante o mês.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Núcleo de Atividades Gerais - NAG/SAD/LFDA-MG	Ilton dos Reis Pereira

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

#### OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

Contratação de empresa para prestação de serviços continuados de limpeza, conservação, higienização, com o fornecimento de prestadores de serviços capacitados, materiais de consumo e demais utensílios e ferramentas necessários à perfeita execução das tarefas, visando atender as demandas do LFDA/MG.

#### REQUISITOS DO PROFISSIONAL DOS SERVIÇOS:

A comprovação dos requisitos abaixo elencados deverá ocorrer com antecedência mínima de 10 (dias) dias úteis da data prevista para o início da execução dos serviços. Tal regra também se aplica quando das eventuais substituições durante todo o período de vigência contratual.

- Encarregado: Segue conforme CBO nº 4101-05.
- Copeiro: Segue conforme CBO nº 5134-25.
- Jardineiro: Segue conforme CBO nº 6220-10.
- Servente área interna e externa: Segue conforme CBO nº 5143-20.

#### DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS, CRITÉRIOS DE EXECUÇÃO E NORMAS DE CONDUTA:

Os serviços serão contratados com base na área física a ser limpa, estabelecendo-se uma estimativa do custo por metro quadrado, observadas a peculiaridade, a produtividade, a periodicidade e a frequência de cada tipo de serviço e das condições do local objeto da contratação.

É obrigação da contratada disponibilizar equipe técnica qualificada, devidamente registrada, para a prestação dos serviços, materiais de limpeza, bem como os demais materiais e equipamentos necessários à execução das atividades de limpeza dos ambientes relativos à contratação.

Os serviços serão executados no LFDA/MG, de acordo com as suas necessidades, obedecendo à jornada legal de trabalho para cada profissional.

Cabe à Contratada, juntamente com o fiscal técnico, gerenciar e organizar as escalas de horário de entrada e saída dos empregados para o cumprimento da jornada de trabalho, que poderá, inclusive, ser estabelecida fora do horário de expediente informado, a depender da necessidade do serviço, admitida a compensação de horas, desde que atendidas às exigências legais.

A critério do LFDA/MG, a carga horária prevista para os sábados poderá ser compensada durante a semana, de segunda a sexta-feira, não sendo devido, nesse caso, à Contratada, o pagamento de serviços extraordinários, devendo a Contratada fazer, controlar e apresentar baixa de banco de horas para a fiscalização do Contrato obedecendo o prazo definido pela convenção coletiva de trabalho, normas e legislação trabalhista em vigor.

**A Contratada deverá disponibilizar um aparelho celular corporativo para o encarregado(a) solucionar eventuais problemas.**

Os serviços específicos serão executados pelo contratado na seguinte frequência:

a) Servente:

**a.1) Área interna**

Diariamente

- Remover, com pano úmido, o pó das mesas, armários, arquivos, prateleiras, persianas, peitoris, caixilhos das janelas, bem como dos demais móveis existentes, inclusive aparelhos elétricos, extintores de incêndio, etc.;
- Lavar os cinzeiros situados nas áreas reservadas para fumantes;
- Proceder à lavagem de bacias, assentos e pias dos sanitários com saneante domissanitário desinfetante;
- Varrer, remover manchas e lustrar os pisos encerados de madeira;
- Varrer, passar pano úmido e polir os balcões e os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados;
- Varrer os pisos de cimento;
- Limpar com saneantes domissanitários os pisos dos sanitários, copas e outras áreas molhadas, duas vezes ao dia;
- Retirar o pó dos telefones com flanela e produtos adequados;
- Passar pano úmido com álcool nos tampos das mesas e assentos dos refeitórios antes e após as refeições;
- Retirar o lixo duas vezes ao dia, acondicionando-o em sacos plásticos de cem litros, removendo-os para local indicado pela Administração;
- 
- Deverá ser procedida a coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6 de 3 de novembro de 1995;
- Suprir os bebedouros com garrações de água mineral, adquiridos pela Administração;
- Abastecer com papel toalha, papel higiênico, shampoo e sabonete líquido os sanitários, quando necessário.
- Higienizar os garrações de água mineral.
- Lavar totalmente os banheiros.
- Limpar com produto descontaminante os ambientes laboratoriais.
- Limpar com saneantes domissanitários os pisos dos sanitários, cozinha e outras áreas molhadas.
- Limpar, com produto apropriado, as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas.
- Limpeza de corredores, escadas e corrimãos.
- Passar os uniformes, toalhas de mesa e de banho, embalar em saco plástico, identificar e organizar para a entrega.
- Recolher e lavar vestuário laboratorial e toalhas de banho utilizadas pelos colaboradores que exercem suas funções nos laboratórios e toalhas de mesa utilizadas no refeitório.
- Varrer, passar pano úmido e encerar os pisos de paviflex e cerâmicos.
- Recolher, organizar e abrigar todo lixo do LFDA/MG, inclusive dos banheiros. **OBS: Tais atividades serão executadas por um servente da área interna, e deverão ser analisadas no Laudo de PCMSO, LTCAT e PPRA para possível pagamento de insalubridade.**
- Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

Semanalmente

- Limpar, com produtos adequados, divisórias e portas revestidas de fórmica;
- Limpar, com produto neutro, portas, barras e batentes pintados a óleo ou verniz sintético;
- Lustrar todo o mobiliário envernizado com produto adequado e passar flanela nos móveis encerados;
- Limpar, com produto apropriado, as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas;
- Limpar e polir todos os metais, como válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc.;
- Lavar os balcões e os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados com detergente, encerar e lustrar;
- Limpar os espelhos com pano umedecido em álcool, duas vezes por semana;
- Carregar mobiliário auxiliando em remanejamento interno;
- Limpeza e higienização dos bebedouros;
- Retirar o pó e resíduos, com pano úmido, dos quadros, placas, pinturas e painéis em geral;
- Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza e aspirando o pó;

- Limpar vidros do prédio do LFDA/MG. **OBS: Para esta atividade haverá o pagamento de acúmulo de função para dois serventes da área interna.**
- Lavagem de veículos conforme demanda.
- Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

#### Mensalmente

- Remover manchas de paredes;
- Limpar, engraxar e lubrificar portas, grades, basculantes, caixilhos, janelas de ferro (de malha, enrolar, pantográfica, correr, etc.);
- Limpar e polir todos os metais, como: válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc.;
- Limpar totalmente a cozinha e o refeitório;
- Limpeza do piso do andar técnico;
- Limpar com produtos adequados os equipamentos de processamento de dados e outros equipamentos elétricos;
- Proceder a uma revisão minuciosa de todos os serviços prestados durante o mês;
- Executar outras tarefas afins, quando solicitadas pela fiscalização;
- Executar demais serviços considerados necessários à frequência mensal.

#### Semestralmente

- Aspirar o pó e limpar calhas;
- Lavar as caixas d'água dos prédios, remover a lama depositada e desinfetá-las;
- Executar outras tarefas afins, quando solicitadas pela fiscalização;
- Executar demais serviços considerados necessários à frequência semestral.

### b.2) Área externa

#### Diariamente

- Varrer as áreas pavimentadas e estacionamento;
- Retirar o lixo duas vezes ao dia, acondicionando-o em sacos plásticos de cem litros, removendo-os para local indicado pela Administração;
- Deverá ser procedida a coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN MARE nº 6 de 3 de novembro de 1995;
- Varrer passeios e arruamentos;
- Retirar o resíduo comum da grama, removendo-os para local indicado pela Contratante;
- Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

#### Semanalmente

- Retirar papéis, detritos e folhagens das áreas verdes;
- Verificar e reformar as estruturas das cercas e pastos.
- Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.
- Limpar vidros do prédio do LFDA/MG. **OBS: Para esta atividade haverá o pagamento de acúmulo de função para três serventes da área externa.**

#### Mensalmente

- Lavar as áreas destinadas à garagem;
- Proceder a capina e a roçada, retirar de toda área externa, plantas desnecessárias, cortar grama e podar árvores que estejam impedindo a passagem de pessoas;
- Capinar e roçar pastos;
- Coletar os resíduos da capina;
- Executar demais serviços considerados necessários à frequência mensal.

#### Semestralmente ou sempre que solicitado pela Contratante

- Realizar os serviços de retirada de galhos secos, folhas mortas e danificadas das palmeiras, podas de árvores e outros serviços correlatos, utilizando equipamentos e materiais necessários, bem como EPI's obrigatório para o serviço. Atualmente, o órgão possui, aproximadamente, 57 palmeiras espalhadas dentro da área do Laboratório, com altura entre 10 e 15 metros.

#### c) Jardineiro:

## Diariamente

- Arrancar manualmente ervas daninha dos jardins e realizar limpeza de folhas secas e doentes, especialmente de arbustos;
- Escarificar o terreno;
- Conservação dos vasos de plantas da área interna;
- Irrigação dos jardins no período de estiagem;
- Rastelar e recolher folhas secas;
- Efetuar a limpeza dos jardins e calçadas após a execução dos serviços;
- Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

## Semanalmente

- Adubação orgânica e/ou química onde se fizer necessário;
- Cobertura com terra nos locais necessários;
- Combate a formigas, saúvas, cupins e outros insetos e pragas nocivos às plantas;
- Manutenção dos gramados e canteiros;
- Erradicação de ervas daninha;
- Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

## Mensalmente

- Colocação de condicionador de solo (substrato);
- Descompactação do solo, quando necessário;
- Executar serviços de poda adequada sazonal de árvores e jardins e retirada de folhas mortas ou danificadas, adequada para cada tipo de planta, de modo a preservar a boa aparência das mesmas;
- Podar árvores, arbustos, em observância às recomendações técnicas e exigências dos órgãos de defesa ambiental, inclusive no tocante à época mais adequada, abrangência e frequência;
- Recolher e armazenar os aparos do jardim (folhas caducas, corte de grama, poda de árvores e arbustos) em local da compostagem;
- Recomposição dos vasos com plantas ornamentais, quando necessário;
- Remoção e confecção de cercas vivas para proteção dos jardins;
- Adoção das demais providências destinadas à preservação e melhor apresentação dos gramados, vasos com plantas ornamentais, árvores e arbustos, submetendo previamente o plano de ação ao conhecimento e aprovação da Administração;
- Executar outras tarefas afins, quando solicitadas pela fiscalização;
- Executar demais serviços considerados necessários à frequência mensal.

## Semestralmente ou sempre que solicitado pela Contratante

- Realizar os serviços de retirada de galhos secos, folhas mortas e danificadas das palmeiras, podas de árvores e outros serviços correlatos, utilizando equipamentos e materiais necessários, bem como EPI's obrigatório para o serviço. Atualmente, o órgão possui, aproximadamente, 57 palmeiras espalhadas dentro da área do Laboratório, com altura entre 10 e 15 metros.

d) Copeiro:

## Diariamente

- Lavar as garrafas térmicas com água quente antes de abastecê-las com água e café e deixá-las prontas para o atendimento;
- Limpar e arrumar o refeitório e pontos de café;
- Limpar e guardar os utensílios nos respectivos locais, para manter a ordem e higiene no local;
- Utilizar e conservar os panos limpos para limpeza;
- Preparar e distribuir café e congêneres nos horários determinados, em todas as salas, em recipientes adequados, ou sempre que solicitado pela unidade em que estiver servindo, por no mínimo 2 (duas) vezes ao dia;
- Recolher os vasilhames (bandejas, xícaras, pires etc) que ficam expostos nas mesas de café das salas e escritórios para serem lavados duas vezes na semana, e devolvido o mais breve possível;
- Zelar pela organização do refeitório e pontos de café, depositando os utensílios nos respectivos lugares, para manter a ordem e a higiene do local;
- Organizar e manter sempre limpas as mesas de café em salas e escritórios;
- Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

## Semanalmente

- Lavar frascos e outros utensílios utilizados no refeitório e pontos de café;

- Limpar ou lavar com produtos adequados carrinho de serviço, geladeira e fogão;
- Fazer a limpeza das geladeiras e micro-ondas nas salas e escritórios;
- Executar outras tarefas afins, quando solicitadas pela fiscalização;
- Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

e) Encarregado:

Diariamente

- Acompanhar e orientar a execução das atividades, mantendo a qualidade da prestação dos serviços;
- Cuidar da disciplina e controlar a assiduidade, bem como a apresentação pessoal dos mesmos, mantendo-se sempre em contato com o fiscal do contrato o qual terá acesso ao controle de frequência diária sempre que julgar necessário;
- Executar e supervisionar o abastecimento de material;
- Fazer cumprir a escala de serviços, observando pontualmente os horários de entrada e saída dos empregados;
- Fiscalizar e orientar os empregados sobre a execução dos serviços;
- Informar ao fiscal do contrato sempre que houver qualquer desrespeito às normas estabelecidas;
- Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante;
- Proceder a uma revisão minuciosa de todos os serviços prestados durante o mês;
- Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas;
- Orientar os empregados das normas disciplinares determinadas pela Administração.

Semanalmente

- Controlar o estoque de materiais, evitando a falta de produtos e possibilitando ajustes periódicos à lista de pedidos.

Mensalmente

- Definir funções da equipe de trabalho;
- Elaborar cronograma de execução das tarefas;
- Elaborar relatório sobre equipamentos danificados durante a execução das atividades;
- Supervisionar local de armazenamento e acondicionamento dos produtos;
- Executar outras tarefas afins, quando solicitadas pela fiscalização.

#### MATERIAIS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS:

A contratada deverá arcar com todas as despesas de materiais de consumo, utensílios e equipamentos de limpeza, higienização e de proteção individual necessários à execução dos serviços.

Todos os materiais utilizados na prestação dos serviços deverão obedecer aos critérios técnicos estabelecidos pelos Órgãos competentes e as especificações contidas no termo de referência.

A responsabilidade pela guarda e manuseio dos materiais a serem utilizados na prestação dos serviços ficará a cargo da contratada, devendo seu uso ser acompanhado pelo LFDA/MG.

Os materiais, a serem empregados na execução dos serviços, deverão ser de primeira qualidade e primeiro uso e compatíveis com os locais onde serão utilizados, devendo, ainda, ser submetidos à previa aprovação da Contratante, que se reserva o direito de rejeitá-los, caso não satisfaçam aos padrões exigidos neste edital, ficando, ainda, sujeitos às mesmas exigências e condições no concernente ao registro, industrialização, entrega ao consumo e fiscalização por parte das entidades governamentais fiscalizadoras.

A Contratada deverá fornecer semestralmente ou sempre que solicitado pela Contratante, Caminhão Munk com cesto aéreo para realizar os serviços de retirada de galhos secos, folhas mortas e danificadas das palmeiras, podas de árvores e outros serviços correlatos, utilizando equipamentos e materiais necessários, bem como EPI's (ex: capacete, cinto de segurança, etc) obrigatório para o serviço. Atualmente, o órgão possui, aproximadamente, 57 palmeiras espalhadas dentro da área do Laboratório, com altura entre 10 e 15 metros.

A estimativa de utilização do caminhão Munk será de 24 horas, levando em consideração a utilização deste nos anos anteriores, e ainda, levando em consideração uma margem de segurança no caso de necessidade do órgão.



Importante ressaltar que a Contratada deverá fornecer aos colaboradores (jardineiro e serventes externos) treinamento para trabalhar em altura, bem como treinamento para operar os equipamentos (MOTOSSERRA, PODADOR, MOTOPODADOR, ROÇADEIRA E TRATOR CORTADOR DE GRAMA), visando garantir a segurança dos colaboradores que irão operar os equipamentos, sem repasse de custo para o órgão.

#### DAS OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DA CONTRATADA

A contratada, além do fornecimento da mão de obra, dos saneantes domissanitários, dos materiais e dos equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a perfeita execução dos serviços de limpeza dos prédios e demais atividades correlatas, obriga-se a:

- a) Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- b) Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando empregados portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;
- c) Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pela Administração;
- d) Manter seu pessoal uniformizado, identificando-os através de crachás, com fotografia recente, e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs);
- e) Manter sediado junto à Administração durante os turnos de trabalho, empregados capazes de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- f) Manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços, em perfeitas condições de uso, devendo os danificados ser substituídos em até 24 (vinte e quatro) horas. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica;
- g) Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, tais como: aspiradores de pó, enceradeiras, mangueiras, baldes, carrinhos para transporte de lixo, escadas, etc., de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Administração;
- h) Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem, todas as dependências objeto dos serviços;
- i) Nomear encarregados responsáveis pelos serviços, com a missão de garantir o bom andamento dos mesmos permanecendo no local do trabalho, em tempo integral, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços. Estes encarregados terão a obrigação de reportarem-se, quando houver necessidade, ao responsável pelo acompanhamento dos serviços da Administração e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas;
- j) Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração;
- k) Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados;
- l) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração;
- m) Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Administração;
- n) Registrar e controlar, juntamente com o preposto da Administração, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas;
- o) Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;
- p) Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, inclusive sacos plásticos para acondicionamento de detritos e, equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

- q) Observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços;
- r) Os serviços deverão ser executados em horários que não interfiram com o bom andamento da rotina de funcionamento da Administração.
- s) Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:
- Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;
  - Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
  - Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;
  - Treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição; e
  - Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação.
- t) utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que determinado pelo LFDA/MG (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros).
- u) desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como sobre pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores.
- v) Tratamento idêntico deverá ser dispensado a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral. Esses produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.
- x) A contratante deverá encaminhar os pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente, aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, tendo em vista que pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente constituem passivo ambiental, que resulta em sério risco ao meio ambiente e à saúde pública.
- z) Quando for de necessidade do LFDA/MG, os colaboradores poderão exercer suas atividades em áreas externas do LFDA/MG.

A Contratada deve conhecer os princípios, os valores éticos e as normas estabelecidas pelo Código de Conduta Ética dos Agentes Públicos do Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA, aprovado pela PORTARIA Nº 249, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018 – MAPA, comprometendo-se com sua observância e acatamento pelos profissionais envolvidos na execução na fase de contratação e execução do objeto licitado, pautando seu comportamento e sua atuação na condução dos negócios, nas ações e nos relacionamentos com os interlocutores internos, pelos princípios e pelos valores constantes no código, com vistas à erradicar as práticas ilegais, imorais e antiéticas.

#### PONTO ELETRÔNICO BIOMÉTRICO

A contratada deverá disponibilizar, para registro do ponto dos colaboradores, relógio de ponto biométrico. O acompanhamento das rotinas de registro de ponto, assim como sua supervisão, passa a ser extremamente facilitado com a implantação do ponto eletrônico. A razão é simples: evitam-se as falhas humanas nos controles, ao mesmo tempo em que são reduzidas as necessidades de intervenção pessoal. Desse modo, a tecnologia pode facilitar muito as coisas para as rotinas da contratada e da equipe de fiscalização do contrato. O ponto eletrônico confere muita segurança nos registros e nas informações, tanto para a empresa como para os seus colaboradores, quanto para a fiscalização contratual. Como os registros são eletrônicos e automáticos, todos os eventos se efetuam pelo próprio sistema.

A eliminação da possibilidade de erro humano gera mais segurança para todos, sobretudo porque o sistema permite consulta online de todos os registros de ponto realizados pelo colaborador. Os diversos aspectos envolvidos com a gestão de ponto ficam facilitados pela tecnologia. Assim, a verificação e constatação das horas trabalhadas ou dos períodos de ausência, por exemplo, podem ser facilmente realizadas com os registros eletrônicos e a emissão de um simples relatório. Além disso, qualquer dúvida pode ser esclarecida comparando-se os dados do relatório com os comprovantes emitidos pelo sistema para o colaborador. Essas facilidades podem reduzir a ocorrência de processos trabalhistas por questões de ponto.

Este tipo de sistema permite que os gestores possam acompanhar se os prestadores de serviço estão comparecendo ao trabalho regularmente e, desta forma, conduzir da melhor maneira possível o que deve ser feito ao perceber que determinado colaborador não está trabalhando adequadamente. De acordo com a portaria 1.510/09, publicada pelo Ministério do Trabalho e Emprego

(MTE), o sistema de registro eletrônico deve ser padronizado, permitindo que as anotações da entrada e saída dos trabalhadores sejam computadas e registradas fielmente com as marcações efetuadas, além de tornar obrigatória a emissão de comprovante ao empregado em cada batida de ponto, pois não é permitida qualquer ação que desvirtue os fins legais ao que o sistema se destina. Vale registrar que a biometria é o método mais seguro para computar o horário de entrada e saída de cada funcionário. Os relógios de ponto biométricos são perfeitos para atender todo e qualquer tipo de demanda. Vale destacar que os dados biométricos são únicos, por isso, a probabilidade que ocorram fraudes é praticamente nula. Além de ser mais prático, o sistema eletrônico também é mais seguro, permitindo que nem a companhia nem o empregado sofram com ações na justiça futuramente, já que a rotina diária ficará armazenada e registrada para consultas posteriores.

## UNIFORMES

Fornecer os uniformes e seus complementos à mão-de-obra envolvida, conforme a seguir descrito, de acordo com o clima da região, atendendo ao disposto no respectivo acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, observando ainda o que estabelece a IN nº 05/2017 e os seguintes critérios:

As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de boa qualidade, observando os critérios que serão dispostos no instrumento convocatório, contendo a logomarca da Contratada.

O fornecimento dos uniformes deverá ser efetivado da seguinte forma: 01 (um) conjunto completo ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído a cada 01 (um) ano, ou a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação, com exceção do casaco (clima frio) que deverá ser substituído a cada 02 (dois) anos, ou a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato;

Os uniformes completos deverão ser fornecidos pela empresa Contratada aos funcionários na presença do Fiscal do contrato ou de outrem designado por este, na seguinte periodicidade: No início da execução do contrato ou Prorrogação, em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de assinatura do contrato ou termo aditivo; No prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, a Contratada deverá submeter à aprovação da Fiscalização, modelo dos uniformes completos, masculino e feminino, a serem fornecidos aos funcionários.

Todos os profissionais deverão portar crachás de identificação, que deverá conter foto, nome completo, empresa Contratada, posto e, em destaque e de fácil leitura, nome abreviado pelo qual poderá ser identificado o funcionário.

Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, sem qualquer repasse do custo para o empregado, conforme disposto a seguir:

### I – Encarregado do serviço de limpeza

a) 6 (seis) camisas de manga curta de malha PV gola pólo, com 2 botões, bolso e sem punho na manga. (tecido 33% algodão e 67% poliéster);

b) 1 (um) casaco, manga longa confeccionado em tecido de algodão ou similar, forrado, com elástico nos punhos, dois bolsos embutidos, fechamento com zíper (para clima frio);

### II – Copeiro

a) 6 (quatro) camisas de manga curta, tecido microfibra, 100% algodão;

b) 4 (três) calças, em microfibra, poliéster, algodão, corte clássico, zíper de metal inoxidável;

c) 2 (dois) aventais.

d) 2 (duas) toucas em tule com elástico e aba dupla em tecido, fácil de lavar e resistente, na cor preta.

e) 1 (um) casaco, manga longa confeccionado em tecido de algodão ou similar, forrado, com elástico nos punhos, dois bolsos embutidos, fechamento com zíper (para clima frio);

### III – Servente (área interna)

- a) 6 (seis) camisas de manga curta malha PV gola arredondada, (tecido 33% algodão e 67% poliéster);
- b) 5 (cinco) calças com elástico no cós, 2 (dois) bolsos dianteiros e 2 (dois) bolsos traseiros, em brim;
- c) 1 (um) casaco, manga longa confeccionado em tecido de algodão ou similar, forrado, com elástico nos punhos, dois bolsos embutidos, fechamento com zíper (para clima frio);
- d) 2 (dois) calçados, botina de segurança, solado bidensidade, elástico, proteção até o tornozelo, cor preta.

### IV – Servente (área externa)

- a) 7 (sete) camisas de manga longa malha PV gola arredondada, (tecido 33% algodão e 67% poliéster);
- b) 6 (seis) calças com elástico no cós, 2 (dois) bolsos dianteiros e 2 (dois) bolsos traseiros, em brim;
- c) 1 (um) casaco, manga longa confeccionado em tecido brim ou similar, dois bolsos embutidos, fechamento com zíper/botão;
- d) 1 (um) casaco, manga longa confeccionado em tecido de algodão ou similar, forrado, com elástico nos punhos, dois bolsos embutidos, fechamento com zíper (para clima frio);
- e) 2 (dois) calçados, botina de segurança, solado bidensidade, elástico, proteção até o tornozelo, cor preta.

### V – Jardineiro

- a) 7 (sete) camisas de manga longa malha PV gola arredondada, (tecido 33% algodão e 67% poliéster);
- b) 1 (um) casaco, manga longa confeccionado em tecido brim ou similar, dois bolsos embutidos, fechamento com zíper/botão;
- c) 1 (um) casaco, manga longa confeccionado em tecido de algodão ou similar, forrado, com elástico nos punhos, dois bolsos embutidos, fechamento com zíper (para clima frio);
- d) 6 (seis) calças com elástico no cós, 2(dois) bolsos dianteiros e 2(dois) bolsos traseiros, em brim;
- e) 2 (dois) calçados, botina de segurança, solado bidensidade, elástico, proteção até o tornozelo, cor preta.

## CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE E DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS

Considerando os efeitos adversos ao meio ambiente, causados pelo setor industrial, as escolhas dos materiais e da gestão na produção, podem melhorar o nível de sustentabilidade no momento da contratação de empresas de serviços de limpeza. É preciso transparência nos processos de fabricação industrial para orientação do consumidor no momento da sua escolha de compra.

A contratada deve priorizar o uso de produtos e processos com menor impacto ambiental, evitando produtos alergênicos e irritantes para o consumidor, utilização de produtos naturais, equipamentos que causem menor incômodo e sejam mais eficientes, entre outros.

A contratada deve buscar a implementação de ações que reduzam a exposição de ocupantes do edifício e funcionários de manutenção a contaminantes de partículas químicas e biológicas potencialmente perigosas, que possam impactar negativamente a qualidade do ar, a saúde, os sistemas de edifícios e o meio ambiente.

Todos os insumos a serem utilizados na produção processual serão de acordo com as práticas e materiais ecologicamente indicados, conforme o manual de práticas sustentáveis editado pela Advocacia Geral da União, na página do NAJ/SP, nas práticas ambientais, tais como redução energética, otimização do uso de papéis e seu reaproveitamento.

Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das substâncias que destroem a camada de ozônio – SDO, abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFC, Halons, CTC e tricloroetano, ou de qualquer produto ou equipamento que as contenha ou delas faça uso, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783, de 1998, e artigo 4º da Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, quando for o caso.

Algumas práticas sustentáveis devem ser incluídas na contratação desses serviços. Para tanto, os dirigentes e a equipe que prestarão o serviço deverão ser instruídos sobre a importância das políticas de sustentabilidade, tanto nos aspectos que regulem a

interação do homem com a natureza em atividades cotidianas, visto que os recursos naturais são finitos, quanto na questão social, com atenção especial aos direitos trabalhistas e à proteção aos direitos humanos:

Será firmado entre o LFDA/MG e a empresa contratada o Instrumento de Medição de Resultados – IMR, a fim de balizar a execução dos serviços dentro dos padrões de qualidade acordados, inclusive a forma de faturamento de atividades que podem ser executadas de maneira simultânea;

É de responsabilidade da contratada na prestação dos serviços contratados, cumprir a legislação ambiental, para a gestão sustentável dos serviços;

A contratada deverá observar a legislação trabalhista relativa à jornada de trabalho, às normas coletivas da categoria profissional e as normas internas de segurança e saúde do trabalho;

É obrigação da contratada treinar e capacitar periodicamente seus empregados no atendimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como prevenção de incêndio, práticas de redução do consumo de água, energia e redução da geração de resíduos para implementação das lições aprendidas durante a prestação dos serviços;

É de responsabilidade da contratada o fornecimento dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) em bom estado de utilização aos seus funcionários, prezando pela saúde e segurança durante a execução da prestação dos serviços;

A contratada deve manter equipamentos e demais materiais necessários à prestação dos serviços em bom estado de funcionamento evitando danos às pessoas e ao estado das instalações hidrossanitárias e elétricas.

A contratada deverá observar às recomendações técnicas e legais para o fornecimento dos saneantes domissanitários, sacos de lixo, papel higiênico, produtos químicos, etc.

É obrigação da contratada adotar medidas para evitar o desperdício da água potável, com verificação da normalização de equipamentos quanto ao seu funcionamento (se estão regulados, quebrados ou com defeitos), bem com práticas de racionalização.

A contratada deverá racionalizar o consumo de energia elétrica com a utilização de equipamentos mais eficientes, que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), conforme regulamentações, para os casos possíveis.

Só será admitida a utilização de equipamentos de limpeza que possuam o Selo Ruído, indicando o nível de potência sonora, conforme a Resolução específica do CONAMA e observações do INMETRO, que possam reduzir o risco à saúde física e mental dos trabalhadores, bem como os demais usuários expostos às condições adversas de ruídos que caracterizem poluição sonora no ambiente de trabalho.

A contratada deverá adotar práticas de redução de geração de resíduos sólidos, realizando a separação dos resíduos recicláveis descartados pelo órgão ou entidade, na fonte geradora, e a coleta seletiva conforme legislação específica.

É obrigação da contratada respeitar as Normas Brasileiras (NBRs) sobre resíduos sólidos, bem como a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A contratada deverá utilizar embalagens recicláveis na prestação do serviço, incentivando sua utilização ou substituição por fontes renováveis.

As pilhas e baterias utilizadas na execução dos serviços, em equipamentos ou outros materiais de responsabilidade da contratada, deverão possuir composição que respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio, conforme Resolução CONAMA nº 401/2008.

É obrigação da Contratada a apresentação da composição química dos produtos utilizados na prestação do serviço, quando solicitado da contratante.

É proibida a utilização de saneantes domissanitários de Risco I listados no art. 5º da Resolução nº 336/1999 na prestação dos serviços, conforme Resolução ANVISA RE nº 913, de 25 de junho de 2001.

É permitido o uso de saneantes domissanitários produzidos com substâncias biodegradáveis, estabelecidas na Resolução ANVISA RDC nº 180, de 3 de outubro de 2006, bem como de produtos desinfetantes domissanitários, previsto na Resolução ANVISA RDC nº 34, de 16 de agosto 2010.

É de responsabilidade da contratada a verificação da não utilização de produtos de limpeza que observem a utilização de Substâncias Perigosas, Biodegradabilidade dos Tensoativos, Toxicidade Aquática e Teor de Fósforo acima dos limites estabelecidos por regulamentos ou legislação apropriada.

É obrigação da contratada a utilização de produtos de limpeza, preferencialmente, de origem animal e que sejam biodegradáveis;

É proibida a utilização de produtos de limpeza e conservação oriundos e/ou derivados de Organismos Geneticamente Modificados (OGM) ou de plantas em risco de extinção.

É permitida a utilização de produtos que, comprovadamente, sejam derivados de matérias-primas totalmente naturais.

É permitido o uso de sabonetes que não contenham agentes antimicrobianos, exceto para locais que sejam exigidos por normas afetas à saúde e outras regulamentações.

O fornecimento de produtos e serviços será acompanhado de Instrumento de Medição de Resultados – IMR que assegurará a qualidade, disponibilidade, tempo de atendimento e correção de defeitos dentro de parâmetros compatíveis com as atividades de sustentabilidade previstas, utilizando, entre outros, os seguintes indicadores:

- a) Utilização de produtos de limpeza nas especificações técnicas previstas no edital, que sejam menos agressivos ao meio ambiente ou de menor impacto ambiental.
- b) Ausência de sujidades e manchas nos pisos, tetos, paredes, móveis, persianas e cortinas, vidros, sanitários, lavatórios e chuveiros.
- c) Esvaziamento de lixeiras em  $\frac{2}{3}$  por turno, obedecendo às características adotadas para a coleta seletiva e reciclagem de resíduos.
- d) Disponibilização de Equipamentos de Proteção Individual, por empregado.
- e) Utilização de uniformes em condições apresentáveis e nas especificações determinadas.
- f) Reuso da água de limpeza para ambientes externos.
- g) Uso de equipamentos mais eficientes para a limpeza e que consumam menos energia elétrica.
- h) Uso de equipamentos de limpeza que emitam menos ruídos e sejam menos prejudiciais à saúde e à qualidade de vida do empregado e dos usuários.
- i) Ausência de resíduos nos ambientes de trabalho ou nos locais nos quais se presta o serviço.
- j) Número de ocorrência necessária para a manutenção de equipamentos decorrente do mau funcionamento e/ou limpeza necessária para esses objetos (bens ou materiais).

São proibidos quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual ou estado civil na seleção de profissionais no quadro da empresa.

É dever da contratada a promoção de curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço.

É obrigação da contratada a administração de situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente.

A contratada deverá fornecer, preferencialmente, equipamentos e materiais de intercomunicação de menor impacto ambiental.

A contratada deverá utilizar tecnologias internas do órgão ou disponibilizados pela empresa para registro de entrada e saída de pessoas e materiais no ambiente de prestação de serviços para controlar acessos e realizar análises gerenciais, evitando o uso de papel.

A contratada deverá, preferencialmente, conscientizar sobre a eliminação do uso de copos descartáveis na prestação de serviços nas dependências do órgão ou entidade.

É obrigação da contratada destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos que foram utilizados na prestação de serviços.

## LAUDOS E PROGRAMAS

É de responsabilidade da Contratada elaborar e implementar o Laudo Técnico das Condições Ambientais no Trabalho – LTCAT, Programa de Prevenção De Riscos Ambientais – PPRA, e Elaboração, Coordenação e Assessoria do Programa de Controle

Médico da Saúde Ocupacional – PCMSO, conforme Norma Regulamentadora - NR 9, NR-7 e/ou outras vigentes, com base no risco que a atividade desenvolvida possa provocar à saúde dos seus empregados e incorporar à suas respectivas remunerações o valor do adicional de insalubridade, em seus devidos graus, se for o caso.

#### FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a Administração reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso:

- a) Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da contratada que estiver sem uniforme ou crachá, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;
- b) Examinar as Carteiras Profissionais dos empregados colocados a seu serviço, para comprovar o registro de função profissional;
- c) Solicitar à contratada a substituição de qualquer saneante domissanitário ou equipamento cujo uso considere prejudicial à boa conservação de seus pertences, equipamentos ou instalações, ou ainda, que não atendam às necessidades.

#### AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

Será adotado, durante toda a vigência do contrato, Instrumento de Medição de Resultados – IMR estabelecido na IN nº 05/2017-SLTI-MPOG, contemplando Indicadores e respectivas metas a cumprir, que serão acompanhados pela fiscalização designada pela Administração, visando a qualidade da prestação do serviço e respectiva adequação de pagamento.

Os indicadores eleitos refletem fatores que estão sob controle da Administração no acompanhamento da execução do contrato que são essencialmente relevantes para obtenção de resultados positivos dos serviços.

Os indicadores mínimos são: Prestação dos serviços de limpeza descritos na IN nº. 05/2017- SLTI-MPOG e neste documento; Pontualidade e qualidade do fornecimento de materiais e equipamentos; Cumprimento das Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias;

O fiscal do contrato acompanhará mensalmente o cumprimento das atividades previstas neste documento.

Quanto aos materiais e equipamentos a serem fornecidos pela Contratada, deverá ser agendada a entrega, em parcela única, com recebimento e atesto pela Fiscalização do Contrato.

Será realizada fiscalização pelo Público Usuário: acompanhamento da execução contratual por pesquisa de satisfação junto ao usuário, com o objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços, os recursos materiais e os procedimentos utilizados pela contratada, quando for o caso, ou outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto.

## 5. Levantamento de Mercado

A licitação não possui nenhuma exigência específica que restrinja a participação dos licitantes, podendo ser atendida por quaisquer empresas aptas à prestação dos serviços.

## 6. Descrição da solução como um todo

A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação dos serviços continuados de limpeza, conservação, higienização, com o fornecimento de prestadores de serviços capacitados, materiais de consumo e demais utensílios e ferramentas necessários à perfeita execução das tarefas, visando atender as demandas do LFDA /MG.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Estimativa das Quantidades a serem Contratadas:

<b>Área INTERNA</b>	<b>Total de m<sup>2</sup> para limpeza mensal</b>	<b>Frequência Utilizada conforme IN 05 /17</b>	<b>Quantidade de Postos</b>
Pisos frios	7200	1200	6
Laboratórios	2250	450	5
Almoxarifados / Galpões	2500	2500	1
Áreas com espaços livres: Saguão, Hall, Salão	1500	1500	1
Banheiros	900	300	3
<b>Área EXTERNA</b>	<b>Total de m<sup>2</sup> para limpeza mensal</b>	<b>Frequência Utilizada conforme IN 05 /17</b>	<b>Quantidade de Postos</b>
Pisos pavimentados adjacentes / contínuos às edificações	5400	2700	2
Pátios e áreas verdes com média frequência (campo e pastagem)	8100	2700	3
<b>Área EXTERNA / JARDINAGEM</b>	<b>Total de m<sup>2</sup> para limpeza mensal</b>	<b>Frequência Utilizada conforme IN 05 /17</b>	<b>Quantidade de Postos</b>
Pátios e áreas verdes com alta frequência (jardins)	2700	2700	1
<b>POSTOS DE TRABALHO</b>		<b>QUANTIDADE</b>	<b>Quantidade de Postos</b>
Encarregada	posto	1	1
Copeira	posto	1	1

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.426.091,16

O valor da estimativa da contratação foi inserido na planilha de custo elaborada pelo órgão e documentos pertinentes, na forma das normativas vigentes, conforme procedimentos internos do LFDA/MG.



## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A presente contratação compreende a contratação de um único serviço a ser prestado em todas as dependências do órgão, nas quantidades indicadas neste ETP, não havendo o que se falar em parcelamento da solução.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Última Contratação: Processo nº 21181.001415/2018-27.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação foi inserida no relatório do Plano Anual de Contratações – PAC.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Considerando a necessidade de se garantir e resguardar a limpeza, higienização e a conservação do prédio, das instalações, dos bens móveis e a saúde das pessoas nas dependências do LFDA/MG, é indispensável a manutenção da contratação indireta dos serviços terceirizados de limpeza e conservação, sendo tais serviços essenciais para proporcionar um ambiente saudável e em condições de higiene necessária para o recebimento do público em geral, bem como para preservação do patrimônio público. A manutenção dos serviços de forma contínua dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com fornecimento de mão de obra e material, e ainda com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, pelas normas e pelas legislações aplicáveis, tem ainda como objetivo a manutenção das condições necessárias para que os servidores desempenhem suas funções neste órgão em um ambiente mantido em bom estado de conservação, asseio e higiene.

## 13. Providências a serem Adotadas

Deverá ser designado fiscal para o devido acompanhamento e fiscalização da execução do contrato.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

Todas as orientações dispostas no Guia nacional de contratações sustentáveis da AGU foram observadas nesse ETP (vide requisitos da contratação) e serão incluídas no Termo de Referência da licitação.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando as justificativas e aspectos técnicos expostos nos estudos realizados, a essencialidade do serviço e a continuidade da atual prestação, verifica-se a viabilidade da presente contratação.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ILTON DOS REIS PEREIRA**

Chefe do Núcleo de Atividades Gerais - NAG/SAD/LFDA-MGD